

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**

ANDRÉIA SOARES PEREIRA

**A INFLUÊNCIA DO TRABALHO INFANTO-JUVENIL NA
ESCOLARIDADE DE CRIANÇAS E DE ADOLESCENTES
ENTRE A FAIXA ETÁRIA DE 10 A 14 ANOS INSERIDOS NO
PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL
PETI**

Teresa Kleba
Teresa Kleba Lisboa
Chefe do Depto. de Serviço Social
CSE/UFSC

DEPTO. SERVIÇO SOCIAL
DEFENDIDO E APROVADO
EM: 05.10.2005

**FLORIANÓPOLIS
2005**

ANDRÉIA SOARES PEREIRA

**A INFLUÊNCIA DO TRABALHO INFANTO-JUVENIL NA
ESCOLARIDADE DE CRIANÇAS E DE ADOLESCENTES
ENTRE A FAIXA ETÁRIA DE 10 A 14 ANOS INSERIDOS NO
PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL
PETI**

**Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito
parcial para a obtenção do título
de Bacharel em Serviço Social,
Centro Sócio - Econômico,
Universidade Federal de Santa
Catarina.**

Orientadora: Josiane Bortoluzzi.

**FLORIANÓPOLIS
2005**

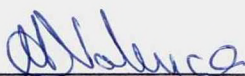
ANDRÉIA SOARES PEREIRA

**A INFLUÊNCIA DO TRABALHO INFANTO-JUVENIL NA
ESCOLARIDADE DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES ENTRE A
FAIXA ETÁRIA DE 10 A 14 ANOS INSERIDOS NO PROGRAMA DE
ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL PETI**

**Trabalho de Conclusão de Curso aprovado como requisito parcial para
obtenção do título de Bacharel no Curso de Serviço Social, do Departamento de Serviço
Social do Centro Sócio-Econômico, da Universidade Federal de Santa Catarina.**

Josiane Bortoluzzi

Orientadora



Maria Manuela Valença

1ª Examinadora



Leila Lautert Valin

2ª Examinadora

Florianópolis, agosto, 2005.

Dedicatória

Dedico este trabalho a uma pessoa muito especial que passou a infância trabalhando na roça e, mesmo sem estudo, ganhou o mundo, mas que tão cedo nos deixou. Saudades do meu querido tio-padrinho Volnei Soares.

AGRADECIMENTOS

Muitas são as pessoas importantes e que merecem ser lembradas nesse momento. Algumas estiveram só de passagem, outras permaneceram por um curto espaço de tempo, outras por um longo tempo, mas também há aquelas que permanecem até hoje.

Primeiramente agradeço a Deus, por ter me carregado no colo nos momentos em que não consegui prosseguir sem ajuda, por ter iluminado nos momentos mais difíceis com sabedoria e persistência;

Aos meus pais, Hamilton e Vera, pelo incentivo, pela força, carinho e amor. Pelos momentos em que achei que ia fraquejar e eles estavam ali, ao meu lado, apontando o caminho certo a seguir, cada qual do seu jeito. Amo vocês!

Às irmãs, Cris e Kari, por tudo o que cederam para que eu chegasse até este momento. Gostaria que soubessem o quanto eu as amo e o quanto elas significam para mim;

À minha madrinha Ina, minha segunda mãe, pela ajuda, incentivo, carinho, dedicação dispensada a esta filha que tanto a ama;

À madrinha Alaíde, pela força e incentivo para que eu pudesse alcançar esta conquista.

Ao André, meu amor, pelos momentos de compreensão, principalmente nesse período tão conturbado, pelo carinho, amor, dedicação e por fazer parte de meu futuro. Te Amo!

À minha segunda família, Adilson, Neusa, Juliana, Vanessa e a Vó Marina, pela acolhida amorosa com que me receberam;

Ao meu avô Antônio, a vó Ana e a vó Olindina, pela sabedoria, ensinamentos e carinho dedicados ao longo desses anos;

Aos eternos amigos Dudu, Mirela, Marcinha, Michele, Cleri, Dirlei, Renatinho, que longe ou perto estarão sempre presentes em minha vida;

Às amigas da faculdade Jemille, Déia Santos, Vânia, Ana Jorge, Déb, Carini, pelas experiências, risos e lágrimas compartilhadas e por tornarem a experiência de estar longe de casa, uma luta menos árdua;

À antiga equipe do PETI, por incentivarem nos primeiros passos da prática do processo de trabalho do Assistente Social, em especial à Kátia Avila Abraham pela amizade, companheirismo e conhecimentos compartilhados;

À nova equipe do PETI, Leila, Cacá, Aline, Ju, Nata, Momo, Paty, Sidnei, Alex e Jean por partilharem desse momento tão especial para mim;

Às Crianças e Adolescentes do PETI do município de Florianópolis, que participaram da pesquisa, pela contribuição à construção deste trabalho;

À orientadora Josiane, que contribuiu significativamente para a construção deste trabalho e a Prof^a. Dr^a. Manuela, por ter aceitado compor a banca examinadora, pela disponibilidade e compromisso com a formação acadêmica.

*A todos vocês, obrigada por existirem e por compartilhar
desse momento comigo!*

PEREIRA, Andréia Soares. **A influência do trabalho infanto-juvenil na escolaridade de crianças e adolescentes entre 10 a 14 anos inseridos no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI**. 086 p. Trabalho de Conclusão de Curso – TCC. Curso de Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2005.

RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso realiza um breve histórico da educação no Brasil, aborda a questão do trabalho infanto-juvenil e suas diversas consequências, bem como a legislação existente que garante à criança e ao adolescente serem sujeitos de direitos. Também apresenta os programas sociais direcionados a esse segmento da sociedade, enfatizando o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil e sua atuação junto às famílias inseridas no mesmo. No intuito de aprofundar a relação existente entre o trabalho infanto-juvenil e o processo de escolaridade, realizou-se uma pesquisa de natureza qualitativa e quantitativa com 22 crianças e adolescentes inseridas no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, entre a faixa etária de 10 a 14 anos, com o objetivo de analisar a influência do trabalho infanto-juvenil na escolaridade, a relação entre escola, trabalho e família e a contribuição do Programa para não mais realizarem atividades laborais exploratórias. Utilizou-se, como instrumentais para a pesquisa, o levantamento documental de primeira mão, pesquisa bibliográfica e a aplicação de formulário contendo 15 perguntas que variam entre uma pergunta aberta em uma série de respostas fechadas, como também perguntas que se limitam em respostas afirmativas ou negativas. O estudo possibilitou refletir sobre a relação da renda familiar como grande facilitador do trabalho precoce que, por sua vez, está diretamente associado com o atraso e evasão escolar, assim como também a própria instituição escolar.

Palavras-chave: trabalho infanto-juvenil, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI, atraso e evasão escolar.

*Educar é ensinar a pescar
A cantar, a confiar e a jogar
É indicar o caminho a seguir
É dizer não, dizer sim, motivar
Acompanhar, dar carinho e mostrar
Que há limites pra tudo
Menos pros sonhos
Que a gente tem.*

Campanha Educar – RBS/TV

Autoria: Garay Engels,
Henrique Kunz, Calique Ludwig.
Produtora Jinga.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1 A EDUCAÇÃO NO BRASIL.....	12
1.1 Contextualização histórica da educação no Brasil.....	12
1.2 A educação e algumas tendências pedagógicas.....	14
2 O TRABALHO INFANTO-JUVENIL, A LEGISLAÇÃO E OS PROGRAMAS SOCIAIS.....	21
2.1 A criança e o adolescente como sujeitos de direito.....	21
2.2 O Trabalho Infanto-Juvenil e suas conseqüências.....	26
2.3 Os Programas Sociais para crianças e adolescentes.....	38
3 A INFLUÊNCIA DO TRABALHO INFANTO-JUVENIL NA ESCOLARIDADE DE CRIANÇAS E DE ADOLESCENTES ENTRE A FAIXA ETÁRIA DE 10 A 14 ANOS INSERIDOS NO PETI.....	52
3.1 Problemática da Pesquisa.....	52
3.2 Metodologia.....	54
3.2.1 Identificação do Sujeitos Pesquisados.....	56
3.2.2 Delimitação da Pesquisa.....	60
3.3 Análise dos dados apresentados.....	61
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	77
REFERÊNCIAS.....	82
APÊNDICE.....	86

INTRODUÇÃO

A proposta deste Trabalho de Conclusão de Curso é compreender as principais consequências do trabalho infanto-juvenil em suas múltiplas formas, através dos embasamentos teórico-metodológicos, retratando sua influência na escolaridade das crianças e adolescentes. Para tal, houve a realização de uma pesquisa de campo, direcionada a crianças e adolescentes entre a faixa etária de 10 a 14 anos inseridos no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI do município de Florianópolis.

O trabalho infanto-juvenil no Brasil é a atual realidade vivenciada por 5,4 milhões de meninos e meninas. O uso de sua força de trabalho faz destes, pessoas economicamente ativas, apresentando-se como uma mão-de-obra barata, devido ao baixo nível de especialização, e qualificação e como complementação ao trabalho exercido por um adulto, tornando-se um importante aliado na legitimação e reprodução do aprofundamento das desigualdades sociais.

A exploração do trabalho infanto-juvenil está inserido no contexto histórico-social da sociedade, e a inserção destas crianças e adolescentes no mercado de trabalho está relacionada a fatores econômicos, culturais e políticos que se constituem em principais determinantes desta situação perversa e ilegal.

Nesse sentido, a educação pode ser considerada como um dos principais mecanismos na luta em prol da erradicação do trabalho infanto-juvenil, devendo estar subsidiada por políticas públicas de enfrentamento à pobreza e à exclusão social.

O presente estudo está estruturado em três capítulos. O primeiro tem por finalidade expor, em breves considerações, sobre a educação no Brasil, sua contextualização histórica e a apresentação das tendências pedagógicas existentes no país, por se entender que o processo educacional é relevante na medida que constitui o sujeito proporcionando o acesso aos seus direitos individuais e sociais.

No segundo capítulo, procura-se contextualizar o trabalho infanto-juvenil, suas causas e conseqüências. Na seqüência, busca-se retratar os aspectos históricos e legislativos sobre a temática, como também identificar os programas sociais voltados ao segmento da população jovem menos favorecida, tendo como foco o PETI.

O terceiro capítulo se refere à pesquisa de campo realizada com as crianças e adolescentes inseridos no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI. Descreve-se o percurso metodológico utilizado para o desenvolvimento da pesquisa, as estratégias na escolha das crianças e adolescentes selecionados, as técnicas para coleta dos dados e os limites encontrados na realização da pesquisa. A análise dos dados estatísticos se dá à luz dos conhecimentos teóricos que fundamentam o presente trabalho. Ao final, são apresentadas as considerações finais.

1 A EDUCAÇÃO NO BRASIL

1.1 Contextualização histórica da educação no Brasil.

A educação sempre foi discutida ao longo dos anos e séculos, motivo pelo qual não pode ser compreendida, enquanto processo de aprendizagem, separadamente dos contextos históricos.

Conforme Romanelli (1998, p.19), “A evolução do sistema educacional, a expansão do ensino e os rumos que esta tomou só podem ser compreendidos a partir da realidade concreta criada pela nossa herança cultural, evolução econômica e estruturação do poder político”.

A educação, para ser compreendida, deve estar relacionada com as realidades econômicas, sociais, políticas e culturais de cada momento histórico. Pensar a educação, nesse contexto, é refletir sobre a ação educativa que se processa de acordo com o entendimento que se tem da realidade social em que se está inserido e, principalmente, considerar a mesma como um elemento do projeto político vigente.

A história da educação brasileira esteve sempre atrelada ao pensamento estrangeiro e sua evolução ocorre com rupturas marcantes e facilmente observáveis. A primeira delas consiste na vinda dos portugueses, que trouxeram um padrão de educação próprio da Europa, embora os povos indígenas, que aqui viviam, possuísem suas próprias características de educação e cultura. No entanto, a educação que se praticava entre esses

povos, diferenciava-se das marcas repressivas do modelo educacional europeu. (ROMANELLI, 1998).

Com a chegada dos jesuítas, objetivando a catequização dos indígenas, além da moral, dos costumes e da religiosidade européia, foram trazidos, também, os métodos pedagógicos, que perduraram durante 210 anos (1549 a 1759), até que foram expulsos por Marquês de Pombal, caracterizando-se um novo marco histórico na educação, transformando a estrutura existente no mais absoluto caos.

Não estava sendo possível a implantação de um sistema educacional nas terras brasileiras, mas com a vinda da Família Real no século XVIII, houve uma nova ruptura com a situação anterior. Percebe-se o desrespeito pelos nativos e pela sua cultura:

O fato é que desde o início da civilização o índio se encontra a mercê de três interesses que ora se complementam e ora se chocam: a metrópole deseja integrá-lo ao processo colonizador, o jesuíta quer convertê-lo ao cristianismo e aos valores europeus, e o colono quer usá-lo escravo para o trabalho (ARANHA, 1996, p. 101).

Para preparar terreno para sua estadia no Brasil, D. João VI abriu Academias Militares, Escola de Direito e Medicina, a Biblioteca Real, o Jardim Botânico e, sua iniciativa mais marcante em termos de mudança, a Imprensa Régia.

Apesar destas iniciativas do imperador, a educação no Brasil continuou a ter uma importância secundária. Enquanto que, nas colônias espanholas, já existiam muitas universidades, em 1538 já existia a Universidade de São Domingos e, em 1551, a do México e a de Lima; no Brasil, a primeira universidade só surgiu em 1934, em São Paulo (ARANHA, 1996).

Durante todo o Império haviam muitas reclamações inerentes à má qualidade do ensino brasileiro. Com a Proclamação da República em 1889, tentaram-se várias reformas a

fim de reverter este quadro, mas a educação não sofreu um processo de evolução que pudesse ser considerado marcante ou significativo, em termos de modelo. (ARANHA, 1996).

Deste modo, percebe-se que o conceito de educação foi criado e recriado em cada momento histórico e o desenvolvimento pleno do ser humano não foi levado em consideração no ato de educar. Havia mais uma busca de disciplinar a criança e seu desenvolvimento para o trabalho do que sua valorização humana como ser histórico-social.

Da família à comunidade, a educação existe difusa em todos os mundos sociais, entre as incontáveis práticas dos mistérios do aprender; primeiro, sem classes de alunos, sem livros e sem professores especialistas; mais adiante com escolas, salas, professores e métodos pedagógicos (BRANDÃO, 1995, p. 10).

Até os dias de hoje, muito se tem modificado no planejamento educacional, mas a educação continua a ter as mesmas características impostas em todos os países do mundo, que é a de manter o “*status quo*” para aqueles que freqüentam os bancos escolares. Portanto, pode-se dizer que a educação brasileira tem um princípio, meio e fim, bem demarcados e, facilmente, observáveis.

1.2 A Educação e as tendências pedagógicas.

A escola é mais que uma estrutura física, é um espaço para a educação em que ocorre a sistematização da aprendizagem e de elaboração do processo de conhecimento comprometido com a valorização do ser humano, embora nem todos, que por ali passam, conseguem atingir o grau de aprendizagem considerado satisfatório pelos especialistas da área. Nesse sentido, usar-se-á o termo escolaridade para referir-se ao processo de formação de

conhecimento/aprendizagem desenvolvido nas diversas fases da vida ou na trajetória escolar de acordo com o modelo estabelecido pelo sistema educacional ou de ensino.

A educação escolar constitui-se em um complemento sistemático, planejado e continuado para crianças, adolescentes e jovens que durante um período contínuo e extensivo de tempo, diferindo de processos educativos ocorridos em outras instâncias, como família, trabalho, mídia, no lazer e nos demais espaços de construção de conhecimentos e valores para o convívio social.

De acordo com Pinto A. V. (1989), a educação pode ser definida como um “processo pelo qual a sociedade forma seus membros à sua imagem e em função de seus interesses”, objetivando o desenvolvimento do ser humano, para integrá-lo ao modelo social exigido e ser aceito pela sociedade, ou seja, objetiva a reprodução social.

Ao longo da história, a educação tem sido um fator decisivo para a criança no processo ensino-aprendizagem formal. Falta considerá-la da mesma forma no processo de formação para a vida, pois a escola, é um espaço em que a criança descobre, experimenta, elabora conhecimentos, relaciona-se e interage com outros seres.

Algumas tendências pedagógicas ou Escolas se constituíram no decorrer dos anos, podendo ser vistas, analisadas e associadas, pois tiveram destaque de acordo com o seu momento e marco histórico. Cada uma dessas tendências possui objetivos e fins diferentes, mas todas estão direcionadas à educação.

Conforme Ghiraldelli Jr. (1994, p 19,20),

Pode-se dizer, esquematicamente, que a Pedagogia Tradicional associava-se às oligarquias dirigentes e à Igreja. A Pedagogia Nova emergiu no interior de movimentos da burguesia e das classes médias que buscavam a modernização do Estado e da sociedade no Brasil. A Pedagogia Libertária, ao contrário das duas primeiras, não teve origem nas classes dominantes, vinculou-se aos intelectuais ligados aos projetos dos movimentos sociais

populares, principalmente aos desejos de transformação social contidos nas propostas do movimento operário de linha anarquista e anarco sindicalista.

Na **escola tradicional**, o papel do ensino é supervalorizado, já que esta reconhecia o aluno como um receptáculo vazio (alguém que nada sabe).

O ensino tradicional se propunha a transmitir os conhecimentos obtidos pela ciência, portanto, já compreendidos, sistematizados e incorporados ao acervo cultural da humanidade. Eis porque esse tipo de ensino, o ensino tradicional, se centra no professor, nos conteúdos e no aspecto lógico, isto é, se centra no professor, o adulto, que domina os conteúdos logicamente estruturados, organizados (SAVIANI, 1995, p. 57).

Nesta concepção, somente o professor detém o conhecimento, sendo o aluno um ser passivo que assimila os conteúdos transmitidos pelo professor. A postura deste tipo de escola é autoritária, que privilegia as camadas mais favorecidas, tendo normas disciplinares rígidas.

O professor, por ser o elemento central no processo pedagógico, é o único detentor do saber, é quem corrige, avalia, julga, pune e direciona as produções e comportamento dos alunos. Nesta concepção, o aluno educado é aquele que domina o conteúdo transmitido pela escola.

Já a finalidade da **Escola Nova** é adequar as necessidades individuais ao meio social, integrando o aluno por experiências satisfazendo seus interesses e as exigências sociais. Ela resulta da tentativa de superar a escola tradicional excessivamente rígida e voltada para a memorização de conteúdos. Na década de 60, no Brasil, foi criado o movimento de Educação Popular, do qual fez parte Paulo Freire, e que propõe uma educação baseada no diálogo entre educador e educando. (SAVIANI, 1995)

Diante às mudanças e reformas, devido ao aumento da procura pelas Universidades e a criação de cursos profissionalizantes, ainda predominava acentuadamente o

analfabetismo, que assustava e assolava o Brasil, naquele momento de transição. (SAVIANI, 1995).

Aranha (1998, p.207) comenta que “Enquanto isso, no Brasil, em 1967 o governo militar cria o MOBRAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização), numa pretensa e Campanha Nacional”, objetivando a alfabetização da população. Era o próprio adulto que se educava orientado e ajudado pelo professor, conseqüentemente, com discussão e relato de suas experiências de vida, com outros colegas que participavam e assistiam às mesmas aulas.

Desde a Revolução Industrial, a burguesia precisava de um tipo de escola mais realista, que se adequasse ao mundo em constantes transformações. As principais características dessa escola são: educação integral (intelectual, moral e física), educação ativa, prática, sendo obrigatórios os trabalhos manuais. Esse tipo de escola valoriza os jogos, exercícios físicos, as práticas de desenvolvimento da motricidade e da percepção, a fim de aperfeiçoar as mais diversas habilidades.

Outra tendência é a **tecnicista**. Nesta as teorias de aprendizagem que as fundamentam dizem que aprender é uma modificação do desempenho: o bom ensino depende de organizar as condições estimuladoras de maneira que o aluno saia da situação de aprendizagem diferente de como entrou. Assim, os sistemas institucionais visam ao controle do comportamento individual face aos objetivos pré-estabelecidos. A escola atua no aperfeiçoamento da ordem social vigente (capitalismo) articulando-se diretamente com o sistema produtivo, para tanto emprega a ciência da mudança de comportamento. (SAVIANI, 1995).

O professor é técnico, que seleciona e aplica um conjunto de meios que garantem a eficácia do ensino. É modelador de respostas aos objetivos institucionais, é um elo de ligação entre a verdade científica e o aluno. O relacionamento professor/aluno tem sido

exclusivamente técnico, que é de garantir a eficácia de transmissão do conhecimento. Os debates, discussões, questionamentos, relações afetiva e pessoal dos sujeitos envolvidos são desnecessários. Enquanto que na “[...] pedagogia nova são os professores e alunos que decidem ou não determinados meios, bem como quando e como o farão, na pedagogia tecnicista dir-se-ia que é o necessário que define o que professores e alunos devem fazer, e assim também quando e como o farão” (SAVIANI, 1995, p. 25).

Na tendência sócio-crítica dos conteúdos, a função da escola consiste na preparação do aluno para o mundo adulto em suas contradições, fornecendo-lhe um instrumental, por meio da aquisição de conteúdo e da socialização, para uma participação organizada e ativa na democratização da sociedade. Assim, o conhecimento é resultado de trocas na interação entre o meio (natural, social, cultural) e o sujeito. Cabe ao professor fazer análise dos conteúdos dos textos trabalhados em confronto com as realidades sociais, mediando as relações pedagógicas. Através dessas relações, o aluno participa e acredita nas suas possibilidades de ir mais longe, envolvendo-se assim no processo ensino-aprendizagem.

É o educador que direciona e conduz o processo ensino-aprendizagem, ele é a autoridade competente. O aluno, uma pessoa concreta, objetiva, que determina e é determinada pelo social/político/econômico/individual pela história.

Segundo Schmitz (1984, p.143), “A educação é precisamente isto: uma tomada de consciência e uma conseqüente direção ou orientação do homem em busca de seus fins”.

Assim, a história da educação possibilita compreender que todos fazem parte de uma construção histórica e são indivíduos históricos e sociais. Atualmente, a sociedade brasileira fundamenta-se nas questões sociais relacionadas às desigualdades sociais, estando submetida a uma desumanização crescente, fruto de uma ideologia dominante. E os interesses

da classe dominante são definidos a partir da interação das forças políticas em jogo na sociedade.

Na garantia dos direitos dos cidadãos, a presença do poder público se dá, de forma efetiva, através de suas instituições, entre elas, a escola. As instituições representam o poder público por meio de seus profissionais que devem estar comprometidos com a garantia desses direitos historicamente adquiridos, assegurados pela Constituição Federal de 1988, no art. 208, pela Constituição Estadual no art. 163 e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente no art. 54. Os referidos artigos versam sobre o dever do Estado em assegurar à criança e ao adolescente o Ensino Fundamental obrigatório e gratuito, inclusive aos que a ele não tiverem acesso na idade própria; progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao Ensino Médio; atendimento educacional especializado aos portadores de necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino; manutenção de programas suplementares de material didático, transporte, alimentação e assistência à saúde; ensino noturno regular, adequado às condições do educando.

A garantia do acesso à escola está implicado, principalmente, na ação do profissional da educação. A Constituição Federal em seus art. 206, a Constituição Estadual no art. 162 e o ECA em seu art. 53 referem-se à igualdade de condições ao acesso e à permanência na escola; de ter liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; de ser respeitado por seus educadores; de contestar critérios avaliados, podendo recorrer às instâncias escolares superiores; de organização e participação em entidades estudantis; e de os pais terem ciência do processo pedagógico e de participar da definição das propostas educacionais.

A educação pode ser considerada como um dos principais mecanismos na luta pela erradicação do trabalho infantil, devendo estar subsidiada pela complementação da renda

familiar, por meio de programas sociais e pela implementação e desenvolvimento de programas sócio-educativos. As crianças e os adolescentes são demandantes de cuidados e políticas públicas específicas, como a educação integral. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB de 1996, prevê que, dentro de um período de dez anos, a partir de sua promulgação, as escolas passem a atender seus educandos em regime integral.

A educação pode ser vista como um dos principais mecanismos de instrumentalização para a democratização e igualitarismo da sociedade excluída e na participação organizada e ativa no combate das desigualdades sociais. O não acesso à escola reproduz essas desigualdades, principalmente nessas camadas economicamente vulneráveis, impossibilitando a formação de uma consciência mais crítica e participativa desses segmentos.

Para Cervini e Burger (1996, p. 35),

A relação entre a educação e o trabalho se situa, então, no centro do problema da construção de uma sociedade mais igualitária e democrática. Se a não frequência ou o abandono escolar estiverem ligados ao “trabalho infantil” como um dos componentes de estratégias de sobrevivência das famílias mais pobres da sociedade, então a escola se transforma num dos principais mecanismos de reprodução da desigualdade social.

A repetência e a evasão escolar ocasionada pelo trabalho infantil legitimam a permanência das desigualdades sociais ao transferir a responsabilidade do não cumprimento aos requisitos escolares somente para a criança e para o adolescente que estão em situação de pobreza e miserabilidade social. Sem uma escola pública e de qualidade, que represente uma condição de realização como pessoa, de inclusão social e que o reconheça enquanto sujeito de direitos, esses trabalhadores infanto-juvenis estarão condenados à exclusão e desagregação pessoal e social, impossibilitados de ingressar, permanecer e progredir no mercado de trabalho formal e qualificativo.

2 O TRABALHO INFANTO- JUVENIL, A LEGISLAÇÃO E OS PROGRAMAS SOCIAIS

2.1 A criança e o adolescente como sujeitos de direito.

O trabalho infantil no Brasil existe desde de sua colonização até os tempos atuais. As desigualdades sociais e a baixa remuneração familiar constituem-se como um dos fatores principais para este acontecimento.

Segundo Peres (2002, p. 10), a definição de trabalho infantil constitui-se naquele aplicado às “atividades desempenhadas por menores, em condições mais ou menos regulares, para ganhar o sustento para si e suas famílias”.

Para entender tal processo, torna-se necessário delimitar o que se considera infância, já que tal conceito difere de um país para outro, estando ora relacionado com a idade cronológica, ora sendo influenciado por fatores sociais e culturais (PERES, 2002).

A Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança considera criança todas as pessoas com idade inferior a dezoito anos de idade, a não ser quando a legislação do país determina que a maioridade seja alcançada anteriormente. No Brasil, a Lei 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, em seu art. 2º, estabelece que criança é a pessoa com até doze anos de idade incompletos, enquanto o adolescente tem entre doze e dezoito anos. Para a Organização Internacional do Trabalho – OIT, é considerada criança o ser humano com menos de quinze anos, limite internacionalmente estabelecido para o ingresso no mercado de trabalho.

Assim, considerando a criança e o adolescente como sujeitos de direitos, realizar-se-á um breve histórico sobre as leis de proteção e regulamentação do trabalho infanto-juvenil, desde a Lei do Ventre Livre até o ECA.

A primeira Lei promulgada trata-se da Lei do Ventre Livre, sancionada em 28 de setembro de 1871, que estabelecia em seu artigo 1º,

[...] livres os filhos da mulher escrava, determinando que ficassem em poder e sob a autoridade dos senhores de suas mães, os quais seriam obrigados a criá-los e tratá-los até a idade de oito anos completos. Chegando a essa idade, o senhor teria a opção de continuar a utilizar-se dos serviços do menor até que este completasse 21 anos ou entregá-lo ao Estado [...]. (LIMA e VENANCIO, 1991, p. 63).

O objetivo desta Lei era impossibilitar a perpetuação do regime de escravidão, porém prenunciou o aumento de crianças abandonadas nos centros urbanos.

Na Santa Casa da Misericórdia¹, é fundada em 1738, a Roda e Casa dos Expostos, que tinha por objetivo acabar com os abandonos e mortes de crianças. O índice de mortalidade infantil dentro da Casa dos Expostos oscilava entre 50% e 70%. As crianças que conseguiam sobreviver eram entregues às “criadeiras”, permanecendo até a idade de 07 anos, sendo depois encaminhadas para famílias adotivas. Os meninos eram enviados ao Arsenal da Marinha e as meninas eram encaminhadas ao Recolhimento das Órfãs. Em qualquer um dos casos, a criança era obrigada a trabalhar gratuitamente por sete anos, em troca do teto e alimentação recebida. Somente a partir dos 14 anos poderia empregar-se recebendo salários.

¹ A Ordem das Santas Casas de Misericórdia foi instituída em Portugal, para abrigo e atendimento aos pobres enfermos, socorrer os necessitados e amparar os órfãos. No Brasil, a Santa Casa de Misericórdia foi fundada em 1543, na Capitania de São Vicente, expandindo-se para os demais Estados com o mesmo propósito de sua fundação.

A Roda era procurada por pessoas que não tinham condições de sustentar seus filhos, por mulheres da elite para esconder filhos ilegítimos e por senhores que abandonavam crianças escravas para alugarem suas mães como amas-de-leites.

Segundo Lima e Venâncio (1991), em 1971 houve um aumento significativo de crianças pardas e negras abandonadas, parecendo impossível não relacionar o alto índice de enjeitados com o sancionamento da Lei do Ventre Livre.

Com a abolição da escravatura e com o desenvolvimento industrial, cresceu a utilização da mão-de-obra infantil e feminina nos setores industriais, por serem mais abundantes e baratas do que a do homem. De acordo com Cardoso, “as crianças e adolescentes eram inseridos no ambiente das fábricas em condições de desvantagens, recebendo salários inferiores aos dos adultos do sexo masculino, mesmo nos casos de exercício de igual função”. (CARDOSO, 2001, p. 11).

Devido à forma abusiva de exploração de mão-de-obra nas fábricas, más condições de trabalho e baixos salários, começaram a surgir vários movimentos sociais em prol dos direitos humanos.

Em 1927, surge o primeiro Código de Menores, a partir da iniciativa de juristas como Melo Matos. O Código de 1927 continha 231 artigos, destacando-se o capítulo de regulamentação do trabalho infantil e juvenil, que permitia o ingresso ao trabalho a maiores de 14 anos com jornada de trabalho de seis horas por dia, com intervalo que não duraria menos de uma hora para repouso.

A Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT, em 1943, em seu capítulo IV, definiu a idade de 14 anos para o ingresso no mercado de trabalho. A Constituição de 1988 manteve esta mesma idade e mais, em seu Artigo 227, parágrafo 3, estabelece o direito de

proteção especial ao trabalhador infanto-juvenil nos incisos II e III que versam sobre os direitos previdenciários e trabalhistas e ao acesso a escola, respectivamente.

O Estatuto da Criança e do adolescente, sancionado em julho de 1990, permitiu o trabalho na condição de aprendiz a adolescentes de 12 a 14 anos. Em 15 de dezembro de 1998, a Emenda Constitucional nº 20 alterou a constituição, em seu Artigo 7º, inciso XXXIII, proibindo os trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres e elevando a idade mínima para o trabalho de 14 anos para 16 anos, determinando que a partir dos 14 anos, o adolescente pode ingressar em atividades remuneradas apenas na condição de aprendiz. As disposições da CLT e do ECA foram automaticamente modificadas de acordo com esta Emenda Constitucional.

A Organização Internacional do Trabalho – OIT, fundada em 1919, e que tem por objetivo central promover a paz e a justiça social no mundo, influenciou para que o Brasil ratificasse a convenção nº 138, de 1973, promulgada no país em 15 de fevereiro de 2002 pelo Decreto nº 4.134, que trata a idade mínima para a admissão ao emprego e a convenção de nº 182, de 1999, promulgada em 12 de setembro de 2000, pelo Decreto nº 3.597, que versa sobre as piores formas de trabalho infantil. As convenções são acompanhadas de recomendações de ações práticas para a implementação das leis.

A convenção nº 138 foi elaborada com o objetivo de concentrar em um único instrumento, o limite geral da idade mínima para o trabalho, que pudesse ser adotado por todos os países membros da OIT.

De acordo com Santos (1997, p. 183),

[...] o Estatuto da Criança e do Adolescente adotou como parâmetro a Convenção 138 da Organização Internacional do Trabalho. Após vários estudos e pesquisas sobre o impacto do ingresso prematuro de crianças e adolescentes no mundo do trabalho, comprovou-se que, além dos evidentes prejuízos escolares, o trabalho precoce compromete seu desenvolvimento físico e a construção de sua identidade social e política.

A recomendação 146 da OIT, complementar a Convenção nº 138, sugere a elevação progressiva da idade mínima para a inserção no mercado do trabalho para 16 anos, prioritariamente nos países no qual a idade mínima estiver abaixo de 15 anos. Esta elevação de idade permite à criança/adolescente um nível adequado para o seu pleno desenvolvimento físico e mental, como também a garantia de acesso ao ensino público e gratuito (Ensino Fundamental).

A Convenção nº 182 versa sobre as piores formas de trabalho infanto-juvenil e sobre as ações para sua eliminação. Entre as piores formas de trabalho, destacam-se a escravidão e práticas análogas à escravidão, como a venda e tráfico de crianças, a servidão por dívida e o trabalho forçado, como também a exploração sexual de crianças, o aliciamento de crianças pelo tráfico de entorpecentes e qualquer trabalho que possa ser prejudicial à saúde ou ao desenvolvimento físico e moral das crianças, ou ainda, que ameace a sua segurança.

Ao ratificar essas convenções, o Brasil se comprometeu a tomar medidas imediatas e eficazes para assegurar a proibição e eliminação das piores formas de trabalho infantil em caráter de urgência.

Segundo a OIT, as ações vão de reformas de leis e implementação das mesmas até ajuda prática e direta às crianças e suas famílias, como a Bolsa Escola e a Bolsa Criança-Cidadã.

Neste contexto, o Brasil pode ser considerado, devido às diversidades da legislação, um país preocupado em proteger a criança e o adolescente de qualquer espécie de exploração. Apesar da morosidade das leis, elas existem, faltando apenas a sua efetividade.

2.2 O Trabalho Infanto-Juvenil e suas consequências.

A exploração do trabalho infanto-juvenil está inserido no contexto histórico-social desde as sociedades primitivas. O trabalho exercido por crianças e adolescentes, principalmente na agricultura, era visto como um aprendizado, uma preparação para o futuro e como colaboração no rendimento familiar.

Atualmente, as pesquisas demonstram que o número de crianças e adolescentes inseridos no mercado trabalho no Brasil ainda é muito alto. Segundo dados na Pesquisa Nacional de Amostragem de Domicílio – PNAD de 2002, existem, no Brasil, 5,4 milhões de crianças e adolescentes economicamente ativos entre a faixa etária de 05 a 17 anos. Dentre estas, 280.228 (5,2%) são crianças de 05 a 09 anos, 2.708.066 (49,8%) possuem entre 10 e 15 anos e 2.450.261 (45,1%) entre 16 ou 17 anos. Cerca de 42% vivem no nordeste. (IBGE 2003).

O IBGE apresenta, na Síntese dos Indicadores Sociais de 2003, que entre 16,5% das famílias com filhos, pelo menos uma dessas crianças trabalha, sendo responsável, em média, por 15,5% do rendimento familiar. Percebe-se que 49,4% das crianças contribuem com entre 10% a 30% do rendimento familiar e 4,5% delas com quase a totalidade, 90% do ganho mensal da família.

Os dados apresentados pelo IBGE (2003) remetem a refletir sobre o fenômeno trabalho infanto-juvenil relacionado ao contexto sócio-econômico e cultural das famílias brasileiras. Nesse sentido, busca-se compreender as especificidades do trabalho infanto-juvenil considerando-o como uma expressão da questão social.

Nesta perspectiva, Peres (2002) contribui com reflexões quanto ao uso do termo trabalho infantil para conceituar as formas em que as crianças eram e são inseridas na

produção. Para apontar esta diferença entre trabalho produtivo e trabalho de caráter educativo, a autora refere-se ao termo exploração da mão-de-obra da criança no combate ao trabalho infantil.

A substituição do termo “trabalho infantil” pela expressão “exploração da mão-de-obra da criança” retrata mais fielmente a condição da criança trabalhadora de forma mais ou menos regular, para sustento próprio ou da família. Desta forma, não abrangeria certas atividades desenvolvidas e que podem ser realizadas em caráter educativo, impostas pelos pais no exercício do poder familiar, conforme versa o inciso VI do artigo 1.634 do Código Civil de 2002, referenciando-se ao que compete aos pais em relação aos filhos menores em “reclamá-los de quem ilegalmente os detenha” e que influenciam positivamente no desenvolvimento de sua formação.

Muitas vezes trabalhando junto com seus familiares, principalmente na agricultura, a criança acaba fazendo parte da produção, sendo considerado apenas como ajuda e não como trabalho. No entanto, ao fazer parte da produção, esta atividade é exploratória, devido ao grau de responsabilidade e complexidade que a ação requer. Esse tipo de exploração também pode ser visto no trabalho doméstico, em que a criança o realiza para poupar os adultos da família que trabalharam durante o dia e a ajuda dispensada acaba acontecendo em detrimento da frequência escolar ou de outras atividades como lazer, sociais e culturais.

A definição de trabalho educativo apontado por Peres (2002, p. 16) se refere às

[...] tarefas não continuadas ou necessárias para a sobrevivência pessoal ou da família, que não prejudiquem a frequência e o desenvolvimento nos estudos e o desenvolvimento físico ou psicológico da criança ou do adolescente e em que as exigências pedagógicas prevaleçam sobre o aspecto produtivo.

Assim, o trabalho exercido por crianças e adolescentes com princípios educativos pode ser visto como parte de um processo de socialização e de transmissão de experiências e conhecimentos entre pais e filhos.

O termo trabalho infanto-juvenil, abordado no presente trabalho, será de exploração da mão-de-obra de crianças e adolescentes, que tem por consequência principal o reflexo na escolaridade e na evasão escolar, bem como afeta o desenvolvimento físico e psicológico.

Os dados apresentados pelo IBGE (2003) revelam que, das crianças aliciadas ao trabalho na faixa etária entre 05 a 17 anos, no Brasil, 23,2% pertencem a famílias de baixa renda (com rendimento mensal de até $\frac{1}{4}$ de salário mínimo por pessoa) e 8, 4%, ao de maior renda (mais de 2 salários mínimos por pessoa).

A inserção no mercado de trabalho de crianças e adolescentes está intrinsecamente relacionada às questões econômicas, familiares, culturais e educacionais, sendo os fatores econômicos o principal determinante do trabalho precoce, devido ao modelo econômico capitalista vigente. Cervini e Burger (1996, p. 19) afirmam que:

É bastante aceita a idéia de que as dimensões, as condições e o conteúdo do trabalho infantil dependem de duas ordens de macrofatores [...]: a pobreza, que obriga as famílias a adotar formas de comportamento que incluem a oferta da mão-de-obra de seus filhos menores de idade; a estrutura do mercado de trabalho, que oferece espaços apropriados à incorporação desse contingente específico de mão-de-obra. Esses dois conjuntos de fatores operam através das preferências e dos comportamentos de duas unidades de decisão: a família e a empresa.

A pobreza, que atinge uma parcela significativa da população, aliada a um conjunto de fatores, aparece como causa fundamental do trabalho infanto-juvenil. A falta de opção, o crescimento descontrolado do mercado econômico e omissão do Estado aumentam a vulnerabilidade das famílias pobres.

De acordo com Cervini e Burger (1996, p. 20), a pobreza pode ser “entendida como dificuldade ou impossibilidade de acesso aos bens e serviços considerados como básicos por uma sociedade em um determinado tempo”, podendo também ser compreendida como um reflexo e resultado da ineficiência das políticas públicas, econômicas e sociais permeadas pelas gêneses das desigualdades sociais. Desta forma, o trabalho precoce passa a ser causa e consequência deste processo, que resulta na estruturação do quadro social, que impulsiona crianças e adolescentes aliciadas ao trabalho para aliviar o estado de miserabilidade vivida e para satisfazer suas necessidades essenciais. Quanto maior a situação de pobreza, mais cedo a família será obrigada a inserir seus membros mais novos no mercado de trabalho (CERVINI e BURGER, 1996).

Assim, crianças e adolescentes, por necessidade e solidariedade, para com seus familiares, ingressam no trabalho quase paralelamente à escola, mas, paulatinamente, esta dupla jornada acaba sendo inviabilizada e a escola é secundarizada. O trabalho passa a ser a alternativa mais viável, não se constituindo numa opção livre e, sim, devido à inexistência de outro meio para a subsistência familiar.

O ingresso do adolescente no mercado trabalho também pode ser caracterizado pela liberdade de escolha e pelas necessidades de consumo pessoal, requerendo uma maior independência e autonomia. No entanto, a evasão escolar na adolescência tende a aumentar sensivelmente devido a esta atratividade e a oportunidade do trabalho, em sua maioria informal.

O trabalho precoce apresenta-se como uma mão-de-obra barata devido ao baixo nível de especialização e como complementação ao trabalho exercido por um adulto, tornando-se um importante aliado na legitimação e reprodução desta forma de exploração. As

empresas, principalmente em época de crise, recorrem ao trabalho precoce atraídas pela redução dos custos e com o intuito de manterem-se incorporadas à competitividade do mercado.

Para Cervini e Burger (1996, p. 41),

[...] a ‘construção social de uma hierarquia etária’, onde são legitimadas as relações desiguais entre adultos e crianças, se expressa na forma de discriminação salarial imposta às crianças e adolescentes. Isto ocorre porque, entre outros fatos, no nível das empresas é generalizada a idéia de que o trabalho infantil é complementar ao do adulto e, conseqüentemente, sua remuneração também. Uma segunda razão é a de encarar esse trabalho como sendo menos eficiente que o realizado pelos adultos (grifo do autor).

O trabalho infanto-juvenil está intrinsecamente relacionado ao momento atual do sistema capitalista, em que a chamada reestruturação das relações de produção, cujos impactos percebe-se nas novas formas de gestão, caracterizada pela redução do uso da força de trabalho e a desconcentração do espaço fabril, no aumento incontrolável do desemprego, pela terceirização da produção para facções e trabalho familiar e sua flexibilização em trabalhos temporários ou parciais. Socialmente também identifica-se seus impactos negativos, uma vez que há nessa lógica a redução de trabalhadores assalariados, da proteção social e a diminuição dos salários, que torna o trabalho infanto-juvenil um constante crescente por duas situações: complementar a renda familiar trabalhando em atividades informais e o uso de sua força de trabalho devido à terceirização (ANTUNES, 2001).

Desse modo, a utilização de crianças e adolescentes por empresas ocorre por estes trabalharem por uma remuneração muito inferior ao que é pago a um adulto. Porém, assumindo o papel do adulto, colocam em risco o desenvolvimento físico e psicológico, além de estarem incorporando a informalidade, sem o direito de negociação por melhores condições de trabalho junto aos empregadores, participação de categorias sindicalistas, INSS, entre

outros, bem como contribui para a preconização das relações de produção e, até mesmo, para o aumento do desemprego entre as pessoas em idade para o trabalho.

Além dos fatores econômicos como principais determinantes do trabalho infanto-juvenil, o aspecto cultural consiste num fator importante por estar, muitas vezes, arraigado nos valores e na tradição da sociedade, por valorizarem o trabalho precoce dando significativa importância na sua realização. Cervini e Burger (1996, p. 19) compreendem que,

Assim como existe um sistema de legitimação para a manutenção e a reprodução da estrutura social mais geral, da qual a pobreza e a estrutura ocupacional fazem parte, existe também um sistema simbólico que legitima e regula as relações entre as crianças e a ordem mais geral. As ideologias do trabalho, da educação e do lazer, bem como o modo como a criança é vista em relação a estas atividades, devem ser destacadas como exemplos relevantes de valores próprios desse sistema.

Isto ocorre, principalmente, em países subdesenvolvidos como o Brasil, cujas crianças são inseridas precocemente no trabalho, especialmente na área rural, antes mesmo de ingressarem na escola, não estando, às vezes, relacionado com o rendimento familiar, mas sim, devido ao nível educacional dos pais.

De acordo com dados do IBGE (2003), no Brasil, 52,2% das crianças e adolescentes entre 05 a 17 anos, que trabalham, vivem em famílias cuja pessoa de referência é um analfabeto funcional, ou seja, com até 03 anos de estudo. No nordeste, esse percentual chega a 75,7% e, no Sul, 31%.

A baixa escolaridade dos pais tem influência no nível educacional dos filhos até mais que o fator econômico, ocasionando a inserção precoce no mercado de trabalho. Para Cervini e Burger (1996, p. 33-34), “a decisão dos pais de enviar a criança à escola, ou a do adolescente em frequentá-la, está determinada por duas ordens de fatores: o esquema de

preferência, que decide sobre as relações entre as necessidades presentes e o bem-estar futuro da criança, e as condições de oferta de serviços”.

Um outro fator que incide na frequência e permanência na escola são as dificuldades encontradas para frequentá-la devido a inexistência de escolas próximas das residências, a falta de recursos para a compra de uniformes, materiais, a inserção precoce no mercado de trabalho e a desvalorização da educação por parte dos pais.

Segundo Cervini e Burger (1996 p. 37), “[...] a entrada tardia à escola, os frequentes abandonos temporários, a repetência, o atraso etário com relação à série e, finalmente, a expulsão definitiva, constituem fases recorrentes do caminho escolar – estigmatizante e corroedor da auto-estima do menino carente e trabalhador”. O trabalho precoce aliado ao atraso da faixa etária com a série cursada, a entrada tardia e a baixa escolaridade dos pais que não conseguiram ascender economicamente, constituem-se fatores determinantes para a evasão escolar. Isto é, o trabalho precoce, bem como a situação sócio-econômica vivenciada pela família, criança e adolescente, estão relacionadas ao processo que culmina na evasão escolar. A família deve priorizar a escola para que seus filhos possam receber educação e formação adequada que lhes permitam desenvolver suas potencialidades e especialização, para, então, inserir-se no mercado de trabalho com oportunidade de mobilidade social.

Contudo, é necessário ressaltar que quando se menciona em “priorizar a escola” não se refere apenas à vontade individual da família ou da própria criança e adolescente, mas sim das condições sócio-econômicas e política-culturais em que estão inseridas. Nesse sentido, o trabalho infanto-juvenil e a evasão escolar devem ser tratados como expressões da questão

social que requer a intervenção do Estado via políticas públicas para proporcionar efetivamente a todas as crianças e adolescentes em idade escolar o exercício de seus direitos, principalmente o de freqüentar regularmente a escola.

Privar a criança e o adolescente da participação escolar e de viver a sua infância em condições de liberdade e dignidade é tirar-lhe o direito de receber educação e formação adequada que lhe permita desenvolver sua potencialidade e, no tempo certo, inserir-se no mercado de trabalho com oportunidade de ascender socialmente. O trabalho prejudica o direito de brincar, de desenvolver atividades culturais e de lazer e o poder de exercer a liberdade e a garantia da cidadania, sendo fundamentais para o desenvolvimento de qualquer criança.

O trabalho infanto-juvenil acarreta conseqüências complexas que atingem o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social adequado, sujeitando a criança e o adolescente a esforços perigosos ou que vão além de suas possibilidades estruturais, anulando uma fase de sua vida, contrariando o que preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Crianças e adolescentes, que trabalham, estão mais expostos, podendo ter problemas de saúde como desnutrição, deformação da estrutura óssea, atrofiamento psicológico e estão mais propensos a acidentes, pois ainda estão em fase de desenvolvimento físico e o contato com materiais e instrumentos perigosos provoca cortes e outros machucados, podendo ser observados no quadro a seguir:

NA AGRICULTURA	NA INDÚSTRIA	NO COMÉRCIO E NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	EM SERVIÇOS E ATIVIDADES PERIGOSAS OU INSALUBRES
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Uso de ferramentas cortantes. ➤ Transportes em veículos em segurança. ➤ Possibilidade de picada de animais peçonhentos. ➤ Manuseio de máquinas e equipamentos em más condições. ➤ Manipulação de agrotóxicos. ➤ Esforços físicos excessivos e inadequados. ➤ Excesso de jornada de trabalho. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Exposição a temperaturas extremas de calor e frio. ➤ Ambientes mal iluminados e sem ventilação. ➤ Mobiliário inadequado. ➤ Exposição a ruído intenso e à umidade excessiva. ➤ Manuseio de máquinas sem proteção. ➤ Jornada de trabalho excessiva. ➤ Realização de trabalhos sem horário noturno. ➤ Exposição a contaminantes atmosféricos (gases, vapores, poeiras). 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Tarefas repetitivas. ➤ Excesso de jornada de trabalho. ➤ Realização de trabalho em horário noturno. ➤ Mobiliário inadequado. ➤ Ambientes mal iluminados e mal ventilados. ➤ Atropelamentos por exercício de atividades em vias de trânsito de veículos. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Manuseio de baterias de automóveis e ferro velho. ➤ Contato com metais velhos e enferrujados. ➤ Utilização de tintas, cola e solventes tóxicos. ➤ Manipulação de ácidos e agentes químicos. ➤ Manipulação de agrotóxicos, venenos e inseticidas. ➤ Contato com materiais explosivos ou inflamáveis. ➤ Manipulação e fabricação de fumo.

Ilustração 01: Quadro demonstrativo dos riscos para a saúde da criança e do adolescente, decorrentes dos diversos espaços de trabalho.

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego (2001).

De acordo com Oliveira (1996, p. 06),

[...] todo o ambiente de trabalho, em maior ou menor grau, apresenta riscos específicos para a saúde e integridade física do trabalhador. Esses riscos são mais evidentes para a criança e o adolescente devido ao seu organismo ser mais vulnerável. Assim, sem qualquer trabalho, mesmo realizado em condições não insalubres ou perigosas, poderá ser prejudicial à sua saúde, podendo comprometer seu crescimento e desenvolvimento.

O desenvolvimento de atividades como carregamento de peso excessivo, postura inadequada, ferramentas inadequadas, produtos químicos podem prejudicar o desenvolvimento físico resultando em deformação corporal, provocando debilidade física e interferindo na estrutura óssea, no peso e na altura. São contados pelo Ministério do Trabalho e Emprego (2000, p. 09) que:

[...] os trabalhos realizados em ambientes externos, como o trabalho rural, onde as crianças e adolescentes se expõem a difíceis condições climáticas existe o aumento de infecções como; tétano, desidratação, queimaduras solares, entre outros. Somando-se a estes, outros riscos do trabalho precoce na agricultura são devidos ao uso de ferramentas cortantes; transporte em veículos sem segurança; possibilidade de picadas de animais peçonhentos; manuseio de máquinas e equipamentos em más condições; manipulação de agrotóxicos; exercícios físicos excessivos e inadequados e excesso de jornada de trabalho.

Por ainda estarem em desenvolvimento, o trabalho infanto-juvenil ocasiona um elevado nível de cansaço a crianças e adolescentes devido à capacidade limitada de resistência em comparação com a de um adulto. Ao submetê-los às mesmas atividades realizadas por adulto, sem proporcionar um descanso adequado, há uma grande probabilidade de estes sofrerem fadigas intensas e prejudiciais à saúde.

As conseqüências psicológicas constituem um fator importante a ser considerado em detrimento ao trabalho precoce, que segundo o Ministério do Trabalho e do Emprego (2000, p.14) “a introdução precoce de crianças e adolescentes no mercado de trabalho implica no estabelecimento de um conflito: passam a ser obrigados a agir como um adulto não podendo fugir da realidade de ser criança/adolescente”.

As fases da infância e da adolescência apresentam necessidades normais, que não sendo satisfeitas ocasionam alterações no equilíbrio psicológico quando adulto.

Responsabilidades advindas como o trabalho precoce, provocam a perda da espontaneidade, de seus desejos de brincar e de fantasiar, fundamentais para o desenvolvimento de uma infância equilibrada e saudável. Nesta perspectiva, Lima (2000, p.20) discorre que

[...] o fato de trabalhar e ter de submeter-se, inibe seus anseios naturais de brincar e expressar seus desejos e interesses. Como o brincar cumpre na infância um papel muito maior do que a busca do prazer e diversão, fornecendo a oportunidade de reviver, entender e assimilar os mais diversos modelos e conteúdos das relações afetivas e cognitivas, e como passa a temer ser punida por expressar-se livremente, ocorre um empobrecimento tanto no que se refere à sua capacidade de expressão quanto de compreensão.

A criança, inserida precocemente no mercado de trabalho, tende a inibir impulsos de espontaneidade, liberdade e o controle rígido que estimulam o processo de desenvolvimento harmônico, passando a se auto-reconhecer como um adulto trabalhador, prejudicando, desta forma, sua própria identidade infantil. De acordo com Rizzini (1996, p. 73), isto acontece “pelo fato de a instituição pretender ocupar o lugar da família, ocultando sua situação social e levando-a ao silêncio e à submissão”.

O trabalho infanto-juvenil ocasiona um significativo impacto sobre os índices de emprego, porque quando uma criança é inserida no mercado trabalho, provavelmente estará realizando uma atividade que deveria ser de um adulto, na maioria das vezes, de seus próprios pais. Nesta perspectiva, acaba-se gerando um círculo vicioso, pois a inserção precoce no mercado de trabalho aumenta as taxas de desemprego e, conseqüentemente, faz com que pais recorram aos filhos para garantir a sobrevivência da família.

Outro fator importante a ser considerado em relação ao trabalho precoce são as conseqüências para o desenvolvimento educacional. Os baixos índices de renda familiar são determinantes para o ingresso no mercado de trabalho de um grande contingente de crianças e adolescentes. Esse processo reduzirá significativamente o nível educacional e de instrução,

devido à predominância da necessidade de subsistência. Assim, o baixo nível de escolaridade e a falta de qualificação irão reduzir as possibilidades de ascensão profissional futura, reproduzindo a condição de miserabilidade e de pobreza vivenciada por sua família. Para Ribeiro Filho (2000, p. 23), “os baixos níveis de educação tendem a reproduzir o ciclo vicioso de pobreza, pois constituem fatores da maior relevância na determinação da inserção do processo de produção capitalista”.

No entanto, a própria instituição contribui para o processo de exclusão, devido à falta de preparação dos educadores em lidar com a criança/adolescente trabalhador. De acordo com Pinto F.M. (1997, p. 53),

[...] a escola contribui no aumento da utilização do trabalho infantil, ao não resolver problemas como a multirepetência e a evasão escolar da criança e do adolescente, bem como, a má qualidade da educação. Geralmente, aos pobres é reservado os sistemas nacionais de aprendizagem, os programas pobres de ONGs voltadas às classes empobrecidas e as ruas. Com uma educação deficiente, nada atraente, onde impera a prática da exclusão [...].

A dificuldade em freqüentar a escola pela dificuldade em conciliar trabalho com escola, somada à defasagem entre série cursada e à idade compatível com esta, conduz a evasão escolar, principalmente de adolescentes antes da conclusão da escolaridade de nível fundamental, fortalecendo e impelindo a exclusão social.

Arruda (1997, p. 100) afirma que “o trabalho precoce contribui para a evasão escolar, o que leva a conclusão que o Brasil continua fabricando segregações. Alguns justificam sob o ângulo de seu crescimento, mas deixa muito a desejar quando o que se pretende é o desenvolvimento”.

Destarte, as formas de organização do trabalho explorador de crianças e adolescentes, os tipos de atividades laborais desenvolvidas, as jornadas extensivas de trabalho, as condições de vida, o pouco contato familiar, a ausência de escolaridade repercutirá no seu

desenvolvimento, nas suas potencialidades, auto-reconhecendo-se como um adulto, desqualificando-os para atividades profissionais futuras, condicionando-os à perda de capacidades motoras, cognitivas, afetivas e culturais.

O trabalho infanto-juvenil em situação de vulnerabilidade social reproduz e aprofunda as gêneses das desigualdades sociais na medida em que prejudica o desenvolvimento físico, psicológico, intelectual e social na infância e na adolescência. A criança e o adolescente trabalhador não estudam direito, não brincam o suficiente, não se preparam para a vida, tornando-se uma problemática para a sociedade na segregação do ciclo de pobreza.

2.3 Os programas sociais para crianças e adolescentes.

O Brasil, nos últimos anos, tem passado por um grande processo de transformação da democratização e das garantias dos direitos sociais. Os pressupostos, que constituem as bases das políticas sociais direcionadas para crianças e adolescentes vulnerabilizados, vêm mudando de forma significativa na sociedade.

Um dos principais marcos legais da legislação brasileira que visa assegurar os direitos humanos é a Constituição Federal de 1988, especificamente, em seu artigo 227, que versa sobre a assistência prestada à infância e juventude.

Art. 227 . É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à

dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Segundo Zelmanovits *et al* (2002), a Carta Magna reconheceu a Assistência Social como política pública de Proteção Social necessária a todo cidadão que não se encontra dentro dos canais e redes de segurança social, objetivando promover os mínimos sociais, permitindo o acesso às políticas públicas de saúde, habitação, educação, cultura, lazer, entre outros.

A promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA em 1990, bem como a participação organizada de diferentes setores da sociedade em defesa dos direitos da criança e do adolescente, constitui parte importante destas transformações, tornando-as possíveis dentro do contexto de redemocratização do país.

O ECA é considerado, internacionalmente, uma das leis mais avançadas para a promoção e proteção da criança e do adolescente com vistas ao seu desenvolvimento integral e estabelece como dever da família, do Estado e da sociedade, proverem condições adequadas ao desenvolvimento de toda a população infanto-juvenil, sem qualquer tipo de distinção ou discriminação. Suas diretrizes referem-se aos direitos básicos de todas as crianças e adolescentes, inclusive direitos concernentes à convivência familiar, comunitária e ao lazer como parte fundamental de sua socialização e de seu florescimento enquanto ser humano.

Pautando-se na Doutrina de Proteção Integral, o ECA determina a construção de programas e ações voltada à área de proteção, sempre que os direitos forem violados ou ameaçados, seja por omissão, falta ou abuso por parte do Estado, da família ou da sociedade.

De acordo com Zelmanovits *et al* (2002, p. 09), “pensar em políticas de proteção social para esse público, em nosso país, é reconhecer a ausência de oportunidades que marca o seu cotidiano. Portanto, o desafio está em criar caminhos para o acesso a serviços e aos

programas socioculturais e educacionais”. Nesta perspectiva, buscam-se a ampliação e o fortalecimento das políticas públicas, tais como educação integral e a articulação entre outros espaços públicos como família, escola e comunidade.

É nesta dimensão, dentro do contexto albergado pela Constituição Federal e posteriormente pelo Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, que os programas sociais focalizam o segmento da população jovem menos favorecida, na orientação social, desenvolvida pelo Programa Agente Jovem, no atendimento e proteção realizada pelo Programa Sentinela e na erradicação do trabalho infantil e a proteção ao trabalhador infanto-juvenil, efetuado pelo Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI.

O Programa Sentinela constitui em um conjunto de ações sociais especializadas destinadas ao atendimento às crianças e adolescentes de zero a 18 anos vítimas de abuso ou violência sexual, bem como a seus familiares. Tem por objetivo central construir, coletivamente, a garantia dos direitos fundamentais assegurados por lei, fortalecer a auto-estima e o restabelecimento da convivência familiar e comunitária.

O Programa Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano destina-se a jovens entre 15 e 17 anos em situação de vulnerabilidade e risco, visando ao desenvolvimento pessoal, social e comunitário nas áreas de saúde, meio ambiente e cidadania através de capacitação teórica e prática, preparando-o para o mercado de trabalho. Nessa proposta, o jovem deve possuir frequência mínima de 75% nas atividades de capacitação do programa e na escola, sendo-lhe concedido uma bolsa de R\$ 65,00 (sessenta e cinco reais). São aceitos os jovens que, prioritariamente, estejam fora da escola e/ou sejam egressos de outros Programas Sociais. A permanência é de um ano, podendo ser ampliada para mais dois anos mediante solicitação do Conselho de Assistência Social ou pelo Conselho Tutelar.

O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI, foco de estudo do presente trabalho, foi instituído em 1996, tendo por objetivo proteger a população infanto-juvenil entre 07 e 16 anos de idade, em situação de trabalho.

Na década de 80, a sociedade brasileira expressa uma grande preocupação com a situação da infância e da adolescência do país. A aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente e a ratificação por parte do governo da Convenção sobre os Direitos das Crianças em 1990 e o suporte técnico e financeiro do Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil - IPEC em articulação com o Fundo das Nações Unidas para a Infância - UNICEF, em 1992, propiciaram à sociedade e ao governo o desenvolvimento de ações específicas para o combate ao trabalho infantil (PROJETO DE INTERVENÇÃO DE ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO, 2004).

A agenda de compromissos do governo brasileiro e o Ministério do Trabalho e Emprego compreendem que o combate à exploração econômica do trabalho de crianças e adolescentes para ser eficaz, obrigatoriamente, deve envolver outras organizações do governo e outros segmentos da sociedade. Como resultado desta compreensão, em novembro de 1994, foi criado o Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil fruto da articulação entre as diversas entidades da sociedade civil, do governo, dos trabalhadores e dos empregadores reunidos pelo Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil - IPEC, vinculado à Organização Internacional do Trabalho - OIT e com a participação da UNICEF (PROJETO DE INTERVENÇÃO DO ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO, 2004).

O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil surge em 1996 como primeira experiência piloto nas carvoeiras do Estado do Mato Grosso do Sul, no qual se configuravam situações de extrema exploração de mão-de-obra infanto-juvenil.

Através da concessão mensal do benefício da Bolsa Criança Cidadã, no valor de R\$ 40,00 (quarenta reais) para área urbana e R\$ 25,00 (vinte e cinco reais) para a área rural, o programa pretende afastar crianças e adolescentes do mercado de trabalho e criar condições para a sua permanência na escola.

Desde então, percebeu-se a necessidade de ampliação do programa para as demais regiões do país, onde estão reconhecidas as diversas formas de exploração de crianças e adolescentes por meio do trabalho perigoso, penoso, insalubre e degradante.

O governo brasileiro inseriu no seu planejamento e orçamento, denominado Plano Plurianual - PPA, para o período 2000-2003, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI com ações a serem desenvolvidas pelo Ministério da Previdência e Assistência Social, Secretaria do Estado e Assistência Social - SEAS e pelo Ministério do Trabalho e Emprego, descentralizando a gestão do programa de forma municipalizada.

As Secretarias Estaduais da área social ficaram encarregadas de gerenciar o Programa a nível Estadual. Em 1999, o Estado de Santa Catarina foi contemplado com o PETI, pela Secretaria de Estado da Assistência Social / Ministério da Previdência e Assistência Social (SEAS/MPAS) (ABRAHAM, 2002).

De acordo com Abraham (2002, p. 4),

À secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e da Família coube o papel de “interlocutora” do Programa junto à SEAS. Esta Secretaria ficou com a incumbência de coordenar o PETI no Estado, prestando Assessoria técnica aos municípios e repassando as informações pertinentes (grifo da autora).

Para dar início ao Programa, foi criada uma Comissão Estadual do PETI - CEPETI, através da Portaria nº 72/99, composta por representantes de Organizações

Governamentais – OGs e Organizações Não Governamentais – ONGs. A CEPETI decidiu, como um dos critérios de implantação do programa, que

[...] se houvesse, na família da criança trabalhadora encaminhada para participar do PETI outras crianças com idade entre 7 e 15 anos, todas elas seriam inseridas. Dessa maneira, a renda familiar aumentaria, garantindo o não retorno ao trabalho de nenhuma criança ou adolescente. Portanto, nem todas as crianças e adolescentes que ingressaram no PETI em Florianópolis e nos outros municípios de Santa Catarina trabalhavam anteriormente. Configuram-se irmãos e parentes que moravam na mesma família e que possuíam um responsável em comum (AGUIAR, 2004, p. 46).

Assim, a inserção no Programa de crianças e adolescentes que não realizaram nenhum tipo de atividade laboral, mas que tinham irmãos (ãs) trabalhadores, constituiu como uma medida de prevenção para o não ingresso ao mercado trabalho e como aumento do rendimento familiar.

A Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e da Família implantou o PETI no município de Florianópolis em abril de 2000, tendo em vista o grande número de crianças e adolescentes trabalhando nas ruas em vendas ambulantes. Nesta época, o Governo Federal concedeu atendimento a 210 crianças e adolescentes com idade entre 07 (sete) e 16 (dezesesseis) anos. Após o primeiro ano de funcionamento do Programa, houve uma expansão de metas com o intuito de se atender à demanda reprimida. A capital recebeu mais 500 vagas, resultando num total de 710 atendimentos/mês, o que permanece até os dias atuais.

Atualmente, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI está vinculado à Secretaria da Criança, Adolescente, Idoso, Família e do Desenvolvimento Social, através da Gerência da Criança e do Adolescente.

Mantendo como base as normas e diretrizes nacionais do Programa, a coordenação do PETI – Florianópolis, tem por objetivo:

- Possibilitar o acesso, a permanência e o bom desempenho de crianças e adolescentes na escola;
- Retirar crianças e adolescentes do trabalho perigoso, penoso, insalubre e degradante;
- Fomentar e incentivar a ampliação do universo de conhecimentos das crianças e do adolescente, por meio de atividades culturais, esportivas, artísticas e de lazer no período complementar ao da escola, ou seja, na jornada ampliada;
- Proporcionar apoio e orientação às famílias por meio da oferta de ações sócio-educativas;
- Promover e implementar programas e projetos de geração de trabalho e renda para as famílias (Manual de Orientações do PETI, 2002).

Para a inserção de famílias no PETI, devem ser atendidas aquelas com renda per capita de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo, ou seja, aquelas que realmente estão situação de vulnerabilidade social. A quantidade do benefício recebido por famílias não tem limites, inserindo todos os filhos que estiverem em situação de trabalho, bem como os que não estiverem como medida de prevenção. A família pode permanecer por até 04 anos, desde que inseridas em Programas ou Projetos de geração de renda.

O município de Florianópolis iniciou, em 2001, o cadastramento das famílias de baixa renda, através do Cadastamento Único - CADIÚNICO. Assim, o recebimento direto de benefícios seria realizado por meio do Cartão do Cidadão, inclusive o da Bolsa Criança Cidadã (bolsa do PETI). Porém, nem todos os cadastros foram aprovados por falhas no preenchimento dos questionários e algumas famílias inseridas no PETI não conseguiram acessar ao Cartão do Cidadão, retirando seu benefício através da Prefeitura pelo Fundo

Municipal de Assistência Social (Banco do Brasil), totalizando 94 famílias que recebem pelo Banco do Brasil e 263 que possuem o Cartão do Cidadão e recebem pela Caixa Econômica Federal.

Atualmente, o Programa atende 357 famílias, totalizando 695² crianças inseridas, na faixa etária distribuídas de acordo com o gráfico abaixo referido.

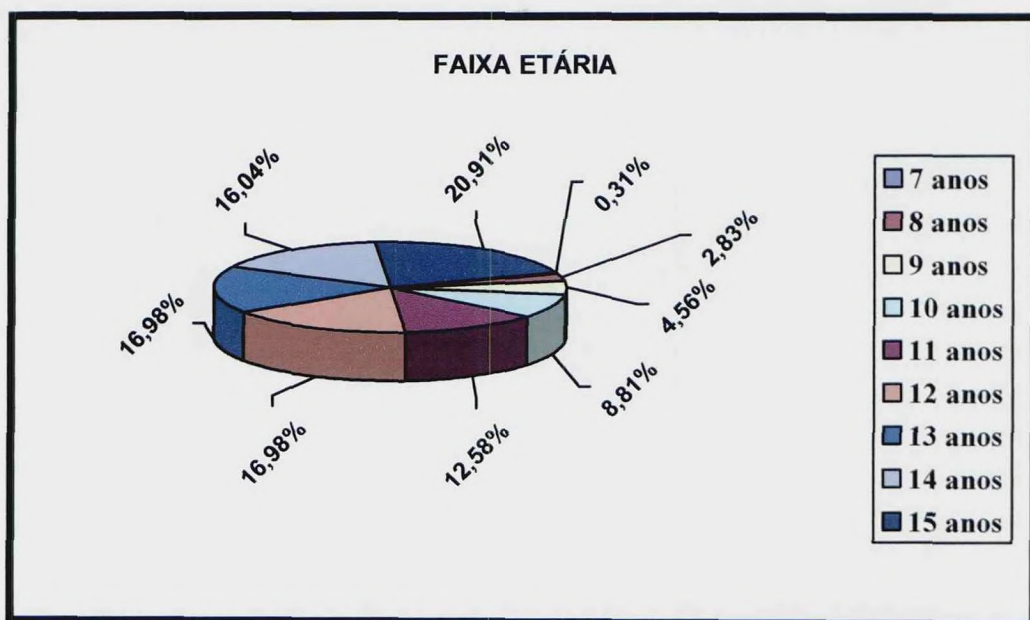


Ilustração 01: Gráfico indicativo da faixa etária das crianças e adolescentes atendidos pelo Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI de Florianópolis.
Fonte: Prefeitura Municipal de Florianópolis – Perfil das Crianças e adolescentes do PETI. Dados coletados em maio de 2005.

Através do gráfico, pode-se observar a existência de um grande número de adolescentes entre a faixa etária de 10 a 14 anos inseridos no Programa, exigindo dos profissionais maior monitoramento da frequência escolar e da jornada ampliada, pela forte atração que o retorno ao mercado de trabalho exerce sobre esta faixa etária.

² O PETI / Fpolis, possui 710 Bolsas Criança Cidadã para crianças e adolescentes com a faixa etária entre 07 a 15 anos, porém atualmente constam apenas 695, por 15 crianças/adolescentes estarem em processo de inserção no Programa.

O acompanhamento da frequência escolar é realizado bimestralmente em parcerias com as escolas do município, sendo exigido, para permanência no PETI, frequência mensal mínima de 75%. No entanto, observa-se um elevado índice de defasagem série/idade, bem como de evasão escolar, como demonstra a ilustração do gráfico a seguir:

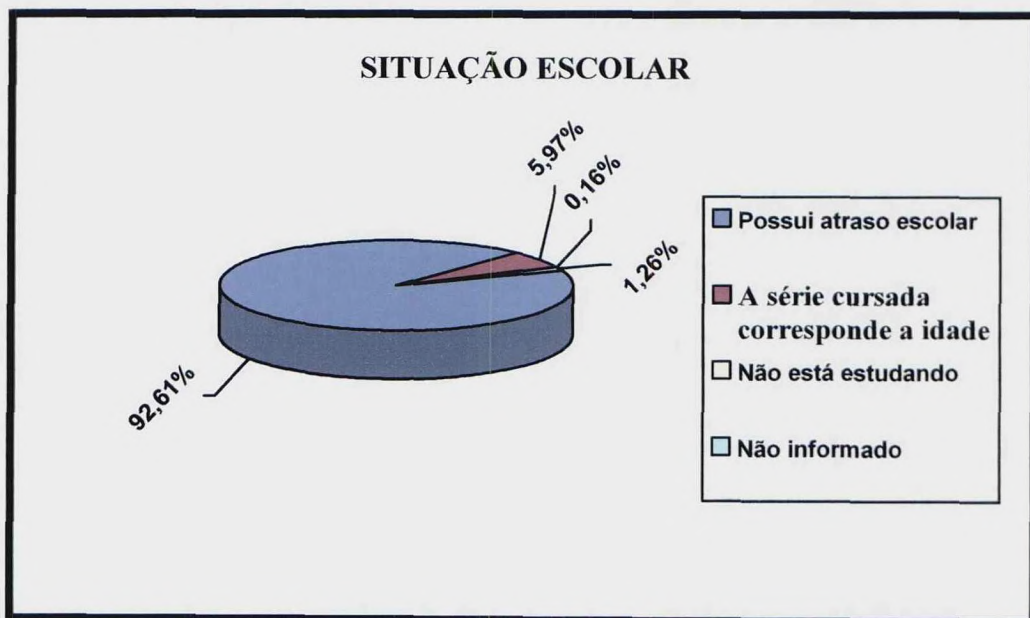


Ilustração 02: Gráfico indicativo da frequência escolar das crianças e adolescentes atendidos pelo Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI de Florianópolis.

Fonte: Prefeitura Municipal de Florianópolis – Perfil das Crianças e adolescentes do PETI. Dados coletados em maio de 2005.

Os aspectos relativos à participação, defasagem entre série e idade e a evasão escolar serão analisados no Capítulo II do presente trabalho.

Quanto ao compromisso em relação à Jornada Ampliada, o programa trabalha em parceria com as escolas da rede municipal e estadual, com os Centros de Referência Educacional Complementar do município e com projetos comunitários ou vinculados a OG's e ONG's, totalizando atualmente 47 locais. Essa parceria consiste no atendimento às crianças no contra-turno da escola. O atendimento tem caráter sócio-educativo e procura oferecer

atividades lúdicas, esportivas, artísticas e de apoio pedagógico. Para tanto, a Prefeitura Municipal oferece a seus parceiros materiais pedagógicos, esportivos e artísticos; reforço alimentar e alunos universitários (estagiários) para atuarem como monitores dentro desses espaços. A participação na Jornada Ampliada do PETI é acompanhada mensalmente, obtendo um número razoável de participação, como apresenta o gráfico abaixo:

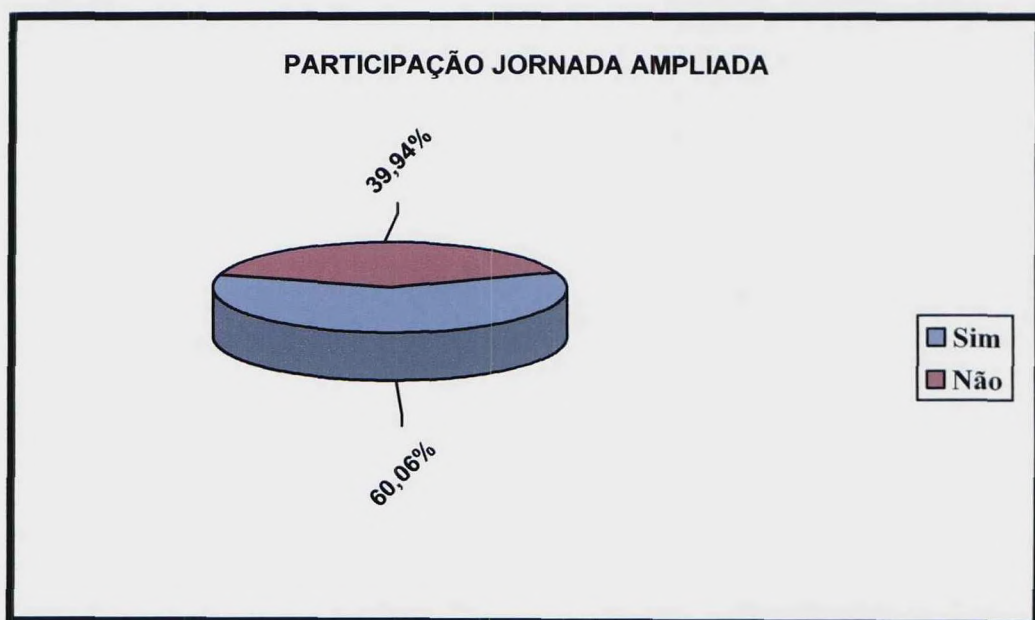


Ilustração 03: Gráfico indicativo de participação em jornadas ampliadas pelas crianças e adolescentes atendidas pelo Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI de Florianópolis. Fonte: Prefeitura Municipal de Florianópolis – Perfil das Crianças e adolescentes do PETI. Dados coletados em maio de 2005.

Alguns fatores para a não frequência nas Jornadas Ampliadas podem ser observados como a falta de projetos/instituições para a faixa etária entre 12 a 15 anos, bem como a inexistência desses projetos e instituições em algumas comunidades, ficando as famílias comprometidas com a frequência regular de seus filhos na escola, não permitir que seus filhos voltem a exercer qualquer atividade que caracterize trabalho infanto-juvenil e comparecer, quando solicitadas, para atendimento.

Vem-se observando, desde a instalação do Programa no município, que grande maioria das crianças /adolescentes trabalhadoras desenvolvem atividades relacionadas ao meio urbano, conforme apresenta o gráfico a seguir:

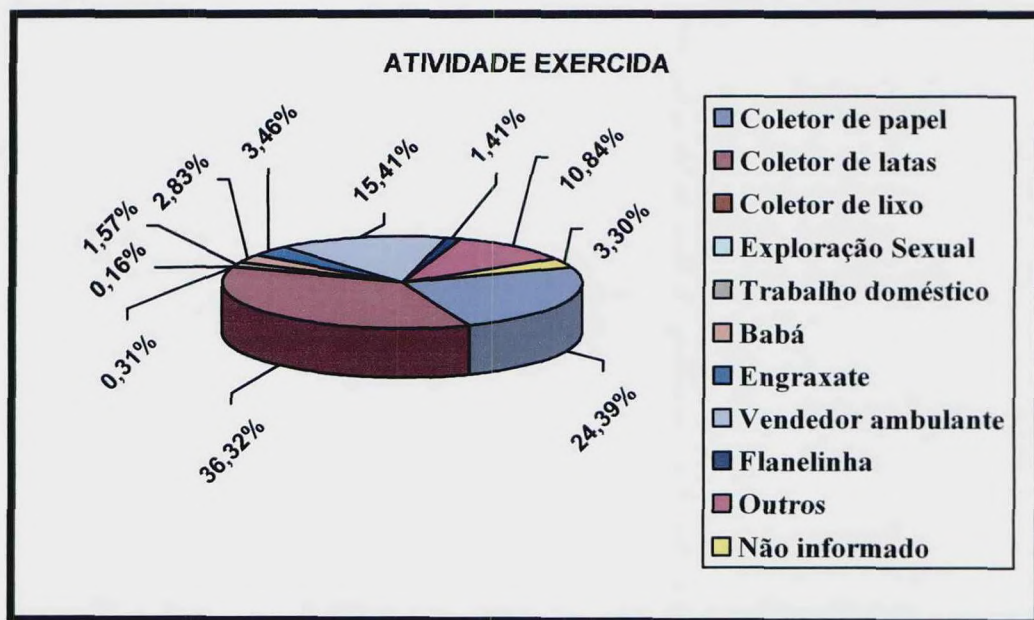


Ilustração 04: Gráfico indicativo das atividades exercidas pelas crianças e adolescentes atendidas pelo Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI de Florianópolis.

Fonte: Prefeitura Municipal de Florianópolis – Perfil das Crianças e adolescentes do PETI. Dados coletados em maio de 2005.

Além das atividades desenvolvidas ilustradas pelo gráfico, pode-se destacar o envolvimento em atividades ilícitas, que vêm crescendo enormemente, devido ao tráfico de drogas no município.

A equipe do PETI é composta por duas Assistentes Sociais (uma na coordenação geral e outra na coordenação administrativa), um Educador-pedagógico (coordenador de planejamento), cinco estagiárias de Serviço Social, dois estagiários de Psicologia, um estagiário de Administração e 09 estagiários atuando como monitores nas Jornadas Ampliadas.

A atuação do Serviço Social no programa se dá através de:

1. Acolhimento das famílias encaminhadas ao Programa;
2. Monitoramento da frequência escolar e das Jornadas Ampliadas;
3. Realização de visitas domiciliares;
4. Realização de reuniões ou encontros informativos e sócio-educativos com as famílias;
5. Acompanhamento familiar quando necessário;
6. Construção de relatórios de atendimento;
7. Encaminhamentos das crianças/adolescentes para jornada ampliada e para escola;
8. Encaminhamento das famílias para outros programas;
9. Preparação dos adolescentes para desligamento do PETI e encaminhamento para outros programas que atendam adolescentes.

O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil tem dois eixos principais: a retirada da criança/adolescente do mercado de trabalho informal e a inserção das famílias em projetos de geração de renda. É nessa perspectiva que a família é introduzida como centro dos programas para crianças e adolescentes, pois ao desconhecer sua importância e trabalhar com o público infanto-juvenil isoladamente, diminuem-se drasticamente as chances de sucesso das intervenções. De acordo com MIOTO (2000), o profissional de Serviço Social ao trabalhar as “questões de Famílias e os sujeitos sociais” não pode trabalhá-las de “forma fragmentada e isolada”.

A família deve ser vista como um sujeito coletivo de direitos, capaz de exercer suas funções, devendo ser estimulada a assumir a postura de responsabilidade e compromisso

para com seus membros. A atuação do profissional é necessária, tanto em organizações públicas como em organizações privadas,

[...] cujo campo é a prestação de serviços sociais, o assistente social exerce uma ação eminentemente educativa, organizativa, nas classes trabalhadoras. Seu objetivo é transformar a maneira de ver, agir, comportar-se e sentir dos indivíduos em sua inserção na sociedade. Essa ação incide, portanto, sobre o modo de viver e pensar dos trabalhadores, a partir de situações vivenciadas no seu cotidiano, embora se realize através da prestação dos serviços sociais, previstos e efetivados pelas entidades a que o profissional se vincula contratualmente (IAMAMOTO, 1992, p.40).

Nesse sentido, o processo de trabalho do profissional de Serviço Social no PETI está relacionado à cooperação para a eficácia e efetividade das ações voltadas às crianças/adolescentes e às famílias. Deste modo, a atual coordenação do Programa propõe a formação de grupos³ com as famílias inseridas no PETI, buscando trabalhar a orientação com as famílias, em virtude de estas serem consideradas o agente principal na socialização e proteção de seus membros mais jovens.

Cabe ressaltar que, nos últimos cinco anos, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil possibilitou avanços significativos para o município de Florianópolis, destacando-se: a redução de crianças e adolescentes em atividades laborais; a inserção e permanência das crianças e adolescente nas escolas e jornadas ampliadas; o desenvolvimento de atividades sócio-educativas com as famílias nas comunidades; a transferência direta de renda para 357 famílias; entre outros. No entanto, o processo para erradicar o trabalho infanto-juvenil ainda é muito lento. Somente com esforços agregados e uma ação conjunta entre Estado (que reduz a cada dia sua intervenção), sociedade civil e também da família, pode-se combater a exploração do trabalho infanto-juvenil visando a redução das desigualdades sociais

³ Afonso (2000, p.19), caracteriza grupo como “um conjunto de pessoas unidas entre si porque se colocam objetivos e/ou idéias em comum e se reconhecem interligadas por estes objetivos e/ou idéias”.

a fim de que oportunize o acesso a saúde, educação, qualificação profissional, lazer, convívio familiar e comunitário e que os Direitos Humanos fundamentais sejam respeitados.

3 A INFLUÊNCIA DO TRABALHO INFANTO-JUVENIL NA ESCOLARIDADE DE CRIANÇAS E DE ADOLESCENTES ENTRE A FAIXA ETÁRIA DE 10 A 14 ANOS INSERIDOS NO PETI

3.1 Problemática da Pesquisa.

O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil de Florianópolis realiza anualmente um levantamento⁴ a partir das fichas de cadastramento das famílias inseridas no Programa. Neste ano, a Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação – SAGI desenvolveu um programa informatizado denominado de SAGI-PETI, para agilizar o registro das crianças e adolescentes que estão inseridas no Programa e que poderá auxiliar os municípios na organização e consulta das informações, por meio de relatórios específicos. O objetivo desse levantamento é conhecer o número de famílias atendidas pelo PETI/FPOLIS, assim como informações básicas sobre as crianças e adolescentes atendidas, como nome, sexo, forma de recebimento do benefício, data de ingresso no Programa, tipo de trabalho realizado antes de seus ingressos e a escolaridade, entre outros.

No decorrer desse levantamento, observou-se um número significativo de crianças e adolescentes em atraso escolar, principalmente na faixa etária entre 10 a 14 anos⁵.

⁴ Levantamento solicitado pelo Governo Federal, através do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome – MDS, por meio da Secretaria Nacional de Assistência Social – SNAS e da SAGI.

⁵ Ver ilustração 01(p. 45): Gráfico indicativo da faixa etária das crianças e adolescentes atendidos pelo Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI de Florianópolis.

Em maio de 2005, a Prefeitura Municipal de Florianópolis, através da Secretaria da Criança, do Adolescente, da Família, do Idoso e do Desenvolvimento Social, Gerência da Criança e do Adolescente, também solicitou um levantamento de dados para pesquisa denominada “Perfil das Crianças e Adolescentes do PETI”. Entre os dados coletados destaca-se a situação escolar, na qual se verificou que, em mais de 92% (noventa e dois por cento) das crianças e adolescentes atendidas pelo Programa, a faixa etária não corresponde à série cursada⁶.

Neste contexto, observou-se a necessidade de realizar-se um estudo sobre o trabalho infanto-juvenil e sua relação com a aprendizagem e a trajetória escolar, diretamente relacionado ao atraso e a evasão escolar das crianças e adolescentes inseridos no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, visto que, de acordo com Manual de Orientações do PETI (2002, p. 2), o Programa deve, entre outros, “Possibilitar o acesso, a permanência e o *bom desempenho* de crianças e adolescentes na escola” (grifo nosso).

De acordo com Gil (1999, p. 51), “Um problema será relevante em termos científicos à medida que conduzir à obtenção de novos conhecimentos”. Assim, com o intuito de problematizar o tema trabalho infanto-juvenil, formulou-se a seguinte pergunta de pesquisa: o trabalho infanto-juvenil influencia na escolaridade das crianças e adolescentes inseridos no PETI?

O objetivo Geral da pesquisa consiste em verificar a influência do trabalho infanto-juvenil na escolaridade de crianças e adolescentes entre 10 a 14 anos, atendidas pelo PETI/Fpolis. Para responder a questão de pesquisa, definiu-se como objetivos específicos os seguintes:

⁶ Ver ilustração 02 (p. 46): Gráfico indicativo da frequência escolar das crianças e adolescentes atendidos pelo Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI de Florianópolis.

- Identificar a relação entre trabalho infanto-juvenil e atraso/evasão escolar;
- Verificar a contribuição do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil para as crianças e adolescentes não mais trabalharem;
- Verificar a influência familiar e escolar no trabalho infanto-juvenil;

3.2 Metodologia da Pesquisa.

A metodologia adotada nesta pesquisa é de natureza quantitativa e qualitativa. A abordagem metodológica é quantitativa, pois prevê “[...] a mensuração de variáveis preestabelecidas, procurando verificar e explicar sua influência sobre outras variáveis, mediante a análise da frequência de incidências e de correlações estatísticas”. Para análise usar-se-á como amostragem da relação das variáveis gráficos estatísticos. (CHIZZOTTI, 1991, p. 52 e 69).

Por outro lado, a abordagem é qualitativa devido à complexidade referida pela temática através da análise dos dados, priorizando a qualidade das informações. Na pesquisa qualitativa, o pesquisador “participa, compreende e interpreta” com maior aprofundamento e abrangência os dados coletados (CHIZZOTTI, 1991, p. 52).

De acordo com Chizzotti (1991), a coleta de dados é a etapa da pesquisa que exige maior trabalho e tempo do pesquisador, por ter que reunir as informações de acordo com normas e que dependem e se ajustam ao tipo de estudo que se pretende. Usou-se como instrumento para coleta de dados a pesquisa documental e bibliográfica e formulário.

Segundo Gil (1999, p. 66), a pesquisa documental consiste em apropriar-se de “matérias que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser

reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa”. A pesquisa documental será de primeira mão, realizada mediante as fichas de cadastramento das famílias do PETI. Também fez-se uso da pesquisa documental para coletar os dados do campo empírico.

A pesquisa deu-se em dois momentos para a coleta de dados. Primeiramente, foi realizado análise documental, objetivando conhecer a demanda, foco da investigação, bem como suas características.

Na pesquisa documental, foram utilizadas as 357⁷ fichas cadastrais, sendo selecionadas apenas as fichas que continham encaminhamento do Conselho Tutelar⁸ (por tratar este de um órgão de maior instância na defensoria da infância e da adolescência) de crianças e adolescentes em situação de trabalho infanto-juvenil, solicitando a inclusão desses na Bolsa Criança Cidadã. Dessas crianças e adolescentes, foram selecionadas as que estão entre a idade de 10 a 14 anos, por esta faixa etária possuir o direito garantido de frequentar o Ensino Fundamental obrigatório gratuito, conforme versa a Constituição Federal, a Constituição Estadual e o Estatuto da Criança e do Adolescente. Desta forma, foram escolhidos 22 adolescentes para aplicação do formulário.

Posteriormente, planejou-se a aplicação de um formulário, por este ser o mais comum instrumental utilizado na coleta de dados e de melhor tabulação desses dados. Optou-se por introduzir uma pergunta aberta em uma série de perguntas fechadas, como também perguntas que se limitam em respostas afirmativas ou negativas.

⁷ Número correspondente ao número de famílias do PETI/Fpolis. .

⁸ Apesar de o PETI constar atualmente com 695 crianças/adolescentes, nem todas as fichas cadastrais possuem anexadas os encaminhamentos do Conselho Tutelar para inclusão devido há alguns destes estarem arquivados no arquivo morto ou devido a mudanças do formulário cadastral realizada em 2004.

A pesquisa documental propiciou a coleta dos seguintes dados: nome (criança/adolescente), escola e jornada ampliada frequentada, idade, escolaridade do pai e da mãe, entre outros.

A aplicação do formulário foi realizada pela acadêmica pesquisadora, juntamente com o apoio de duas estagiárias de Serviço Social que compõem a equipe do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil e pela Coordenadora Geral deste. A abordagem deu-se nas jornadas ampliadas na escola e em visitas domiciliares.

3.2.1 Identificação do Sujeitos Pesquisados.

No decorrer da pesquisa, sentiu-se a necessidade de identificar os sujeitos, por alguns casos apresentarem peculiaridades para uma maior amostragem dos dados que não estão contemplados na tabulação.

Para melhor identificação dos sujeitos da pesquisa, procurou-se caracterizá-los de acordo com as fichas cadastrais pesquisadas, apresentando-os em ordem alfabética e não pela sequência de aplicação do questionário.

1. . **A.B.A.**, 14 anos, sexo feminino, frequenta a Escola Jose Boateux, está na 6ª série, participa da jornada ampliada na LBV – Legião da Boa Vontade. A escolaridade do pai e da mãe é respectivamente, não constado e 4ª série.

2. **A.B.C.**, 13 anos, sexo feminino, frequenta a Escola José Boateux, está na 6ª série, participa da jornada ampliada na LBV – Legião da Boa Vontade. A escolaridade do pai e da mãe é respectivamente, não constado e 4ª série.

3. **A.D.F.**, 14 anos, sexo masculino, frequenta a Escola Henrique Stodick, está na 5ª série, participa da jornada ampliada na PRESE – Projeto Engevix Sócio Educativo. A escolaridade do pai e da mãe é até a 6ª série.

4. **A.F.L.**, 11 anos, sexo feminino, frequenta a Escola Henrique Stodick, está na 4ª série, participa da jornada ampliada na PRESE – Projeto Engevix Sócio Educativo. A escolaridade do pai e da mãe é até a 6ª série.

5. **A.G.M.**, 13 anos, sexo feminino, frequenta a Escola Padre Anchieta, está na 5ª série, participa da jornada ampliada na PROMENOR. A escolaridade do pai e da mãe é até a 4ª série.

6. **A.H.I.**, 14 anos, sexo masculino, frequenta a Escola Deise Wernes Salles, está na 4ª série, não participa de Jornada Ampliada. A escolaridade do pai e da mãe é respectivamente, não constado e analfabeta.

7. **A.L.N.**, 11 anos, sexo feminino, frequenta a Escola Presidente Roosevelt, está na 5ª série, participa da jornada ampliada no Projeto Família Saudável. A escolaridade do pai e da mãe é respectivamente, 4ª série e analfabeta.

8. **B.A.C.**, 13 anos, sexo feminino, frequenta a Escola José Boateux, está na 6ª série, participa da jornada ampliada na Casa da Criança. A escolaridade do pai e da mãe é respectivamente, não constado (separada) e 8ª série.

9. **B.B.A.**, 14 anos, sexo masculino, frequenta a Escola José Boateux, está na 8ª série, participa da jornada ampliada na Escola José Boateux - Dança/futebol. A escolaridade do pai e da mãe é respectivamente, não constado (separada) e 4ª série.

10. **C.B.C.**, 14 anos, sexo masculino, frequenta a Escola Rosa Torres de Miranda, está na 4ª série, participa da jornada ampliada na AEBAS. A escolaridade do pai e da mãe é respectivamente, não constado (separada) e 7ª série.

11. **C.D.A.**, 11 anos, sexo feminino, frequenta a Escola Américo Dutra Machado, está na 3ª Série, participa da jornada ampliada na Casa da Criança. A escolaridade do pai e da mãe é respectivamente, 7ª série e não constado.

12. **D.A.F.**, 12 anos, sexo feminino, frequenta a Escola José Boateux, está 5ª série, participa da jornada ampliada na Casa da Criança. A escolaridade do pai e da mãe é respectivamente, não constado (separada) e 8ª série.

13. **E.K.A.**, 12 anos, sexo masculino, frequenta a Escola Presidente Roosevelt, está na 4ª série, participa da jornada ampliada na Casa da Comunidade. A escolaridade do pai e da mãe é respectivamente, não constado e 2ª série.

14. **H.I.L.**, 11 anos, sexo masculino, freqüenta a Escola Aníbal Nunes Pires, está na 6ª série, participa da jornada ampliada no FUCAS – Fundação CASAN. A escolaridade do pai e da mãe é respectivamente, não constado e 5ª série.

15. **J.A.F.**, 12 anos, sexo masculino, freqüenta a Escola José Boateux, está na 4ª série, participa da jornada ampliada na LBV – Legião da Boa Vontade. A escolaridade do pai e da mãe é respectivamente, não constado e 4ª série.

16. **J.D.L.**, 12 anos, sexo masculino, freqüenta a Escola José Baoteux, está na 4ª série, participa da jornada ampliada na Casa da Criança. A escolaridade do pai e da mãe é respectivamente é 4ª série e 5ª série.

17. **K.P.U.**, 12 anos, sexo masculino, freqüenta a Escola José Boateux, está na 7ª série, participa da jornada ampliada na Escola José Boateux - Dança/futebol. A escolaridade do pai e da mãe é respectivamente, não constado (separada) e 4ª série.

18. **K.O.T.**, 12 anos, sexo masculino, freqüenta a Escola Américo Dutra Machado, está na 5ª série, participa da jornada ampliada na Casa da Criança. A escolaridade do pai e da mãe é respectivamente, 7ª série e não constado.

19. **L.M.I.**, 12 anos, sexo masculino, freqüenta a Escola Padre Anchieta, está na 6ª série, participa da jornada ampliada na PROMENOR. A escolaridade do pai e mãe é até a 4ª série.

20. **N.P.O.**, 14 anos, sexo feminino, frequenta a Escola Presidente Roosevelt, está na 5ª série, participa da jornada ampliada na Casa da Criança. A escolaridade do pai e da mãe é respectivamente, 4ª série e 5ª série.

21. **O.S.Z.**, 14 anos, sexo masculino, frequenta a Escola José Boateux, está 7ª série, participa da jornada ampliada na Casa da Criança. A escolaridade do pai e da mãe é respectivamente, 4ª série e 5ª série.

22. **R.A.T.**, 12 anos, sexo feminino, frequenta a Escola Rosa Torres de Miranda, está na 4ª série, participa da jornada ampliada na AEBAS. A escolaridade do pai e da mãe é respectivamente, 7ª série e 4ª série.

3.2.2 Delimitação da Pesquisa.

No decorrer da aplicação da pesquisa, alguns limites foram encontrados que muito dificultaram o seu desenvolvimento.

Inicialmente, na coleta de dados, houve limites referentes aos dados cadastrais constantes nas fichas cadastrais das famílias das crianças e adolescentes pesquisados, principalmente em relação à escolaridade dos pais que, em sua maioria, não consta, bem como a escolaridade das crianças e adolescentes e a transferência de uma escola para outra, que foram resolvidos em contato telefônico e/ou visitas às instituições escolares.

Outro fator que dificultou o desenvolvimento da pesquisa está relacionado à realização das visitas domiciliares. Como algumas crianças/adolescentes não foram encontrados nas escolas e/ou jornadas ampliadas, por faltarem no dia, foram realizadas visitas domiciliares, sendo que em alguns casos os pais/familiares presenciaram a aplicação do questionário, o que de certo modo inibiu as respostas, principalmente nas perguntas referentes à relação escola/família.

Outra limitação refere-se aos próprios participantes da pesquisa, na timidez demonstrada por alguns, o que dificultou o desenvolvimento da pesquisa.

3.3 Análise dos dados apresentados.

A análise dos dados consiste em apresentar os resultados tabulados (gráficos) da pesquisa realizada. Será feito, além da análise respaldada no embasamento teórico desenvolvido no capítulo I e II, uma reflexão sobre os dados obtidos, destacando alguns casos que não estão contemplados na tabulação da pesquisa. Para tanto, será seguida a ordem apresentada no formulário (apêndice).

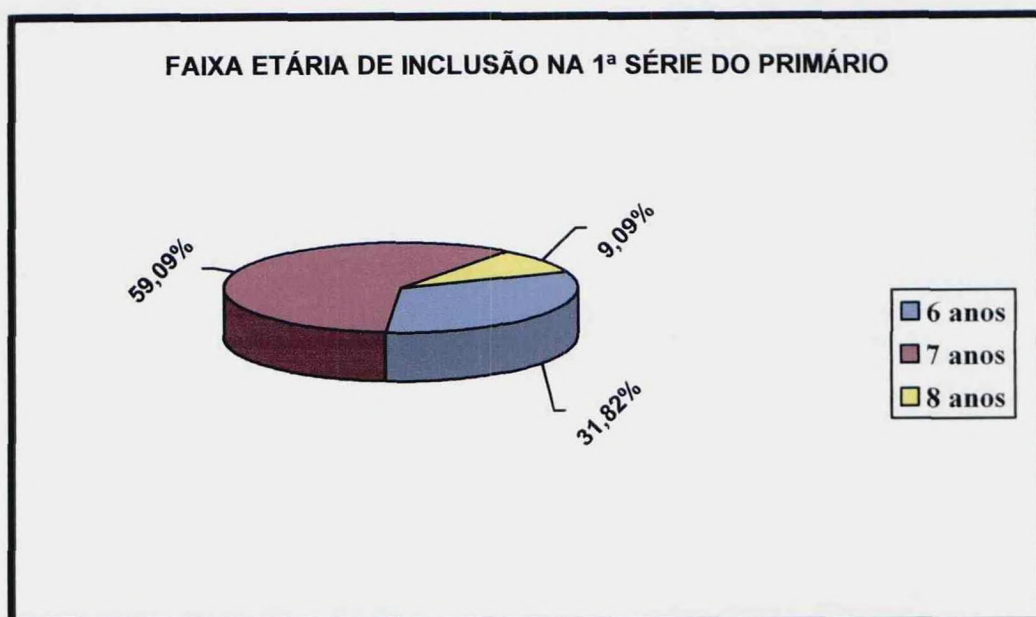


Ilustração 05: Gráfico indicativo da faixa etária de entrada na 1ª série do primário.

Como pode ser observado no gráfico, 59,09% das crianças e adolescentes pesquisados entraram na 1ª série do Ensino Fundamental com 07 anos. Pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), a primeira etapa da educação básica (educação infantil) é desenvolvida até a idade de 06 anos completos. Assim, a idade ideal para ingresso no Ensino fundamental é de 06 anos completos para 07 anos de idade a partir de sua capacidade de aprendizado, considerando o domínio da leitura, da escrita e do cálculo.

De acordo com Cervini & Burger (1996), a entrada tardia à escola, bem como outros fatores, constitui como um dos elementos significativos para o atraso e a evasão escolar, estigmatizando a auto-estima da criança e do adolescente trabalhador.

Ressalta-se que, apesar de menos 10% dos pesquisados entrarem tardiamente na escola, este número pode ser considerado um indicador que contribui para o atraso etário com relação à série cursada.

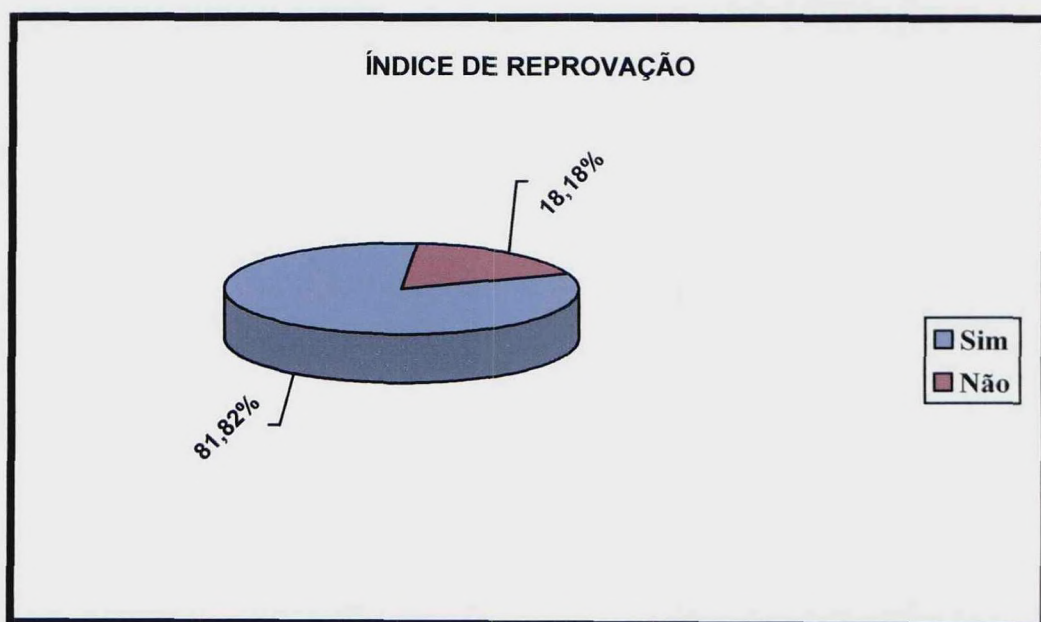


Ilustração 06: Gráfico indicativo do índice de reprodução.

No gráfico, percebe-se um elevado índice de repetência, mais de 80% dos pesquisados já reprovaram. Este dado está correlacionado com o trabalho precoce e o rendimento familiar, isto é, inserindo seus membros menos em jornadas laborais, a família estará aumentando sua renda, porém o fará em detrimento à escola. Esse processo reduz o nível educacional e de instrução, ocasionando as repetências e, posteriormente, a evasão escolar.

A instituição escolar, através da falta de preparação dos professores em lidar com a criança e adolescente trabalhador, contribui para o trabalho infanto-juvenil ao não resolver as questões de multi-repetência. Apesar de que em algumas escolas já existe o processo de “aceleração dos estudos” como versa a linha b, do inciso V, art. 24 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), que possibilita ao aluno cursar mais de uma série durante o ano letivo, ocasionando a diminuição da defasagem entre a idade e a série cursada.

Desta forma, subentende-se que a tendência pedagógica vigente é a tradicional, na qual somente o professor detém o conhecimento, sendo a escola autoritária e o aluno é apenas um ser passivo que tem por obrigação assimilar os conteúdos transmitidos pelo professor. No entanto, deveria prevalecer a tendência sócio-crítica, na qual a função da escola é preparar o aluno para o mundo, cabendo ao professor analisar os conteúdos a serem, em confronto com as realidades sociais e o meio social no qual o aluno está inserido, fazendo-o participar e acreditar nas suas possibilidades de ir mais longe e de obter um futuro promissor. Só assim, a criança e o adolescente, passarão a serem vistos como sujeitos de direitos, pessoas concretas e objetivas e não mais como serem passivos e sem expressão.

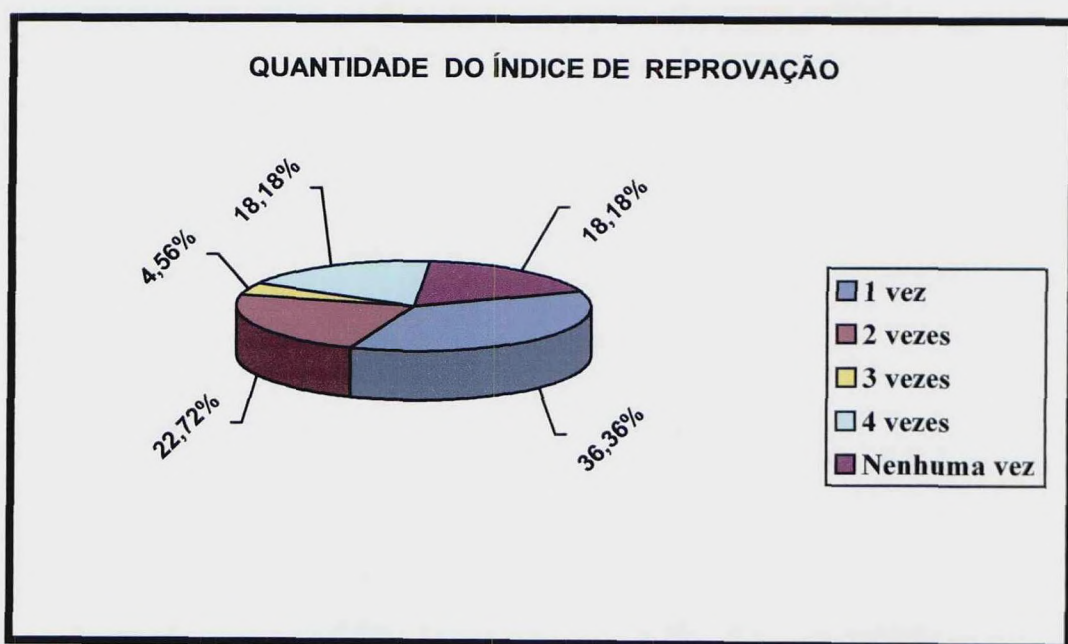


Ilustração 07: Gráfico indicativo da quantidade de reprovação.

A ilustração deste gráfico permite analisar a quantidade do nível de reprovação, sendo que quase metade dos pesquisados reprovaram mais de uma vez e 18,18% nunca reprovaram. Cabe salientar que houve 15 reprovações nas 1ª série, 09 na 2ª série, 05 na 3ª

série, 04 na 4ª série e 05 na 5ª série, e 04 nunca reprovaram⁹. Dos pesquisados com a faixa etária de 14 anos, totalizaram 06 e apenas 01 (pesquisado **B.B.A.**) está na 8ª série do Ensino Fundamental.

Além da atividade laboral exercida pela criança e adolescente aliado ao atraso da faixa etária com relação à série cursada, devido à entrada tardia a escola e a própria instituição escolar, a escolaridade dos pais também exerce grande influência sobre o índice de repetência e de evasão escolar que, em alguns casos, se sobrepõem ao fator do baixo rendimento familiar. Na escolaridade dos responsáveis (pai e mãe) dos pesquisados, constatou-se que 02 são analfabetos, 08 frequentaram entre a 2ª série e a 4ª série, 06 frequentaram entre a 5ª série e a 7ª série, apenas 01 responsável concluiu a 8ª série e de 08 responsáveis os dados não constava.

O baixo nível de escolaridade constado entre os pesquisados, bem como a falta de qualificação profissional, provavelmente reduzirá uma ascensão econômica estável deste segmento da sociedade e ocasionará a segregação do ciclo de pobreza vivenciado.

⁹ Dados retirados do item 04 do formulário, cujo gráfico estatístico não é apresentado.



Ilustração 08: Gráfico indicativo do índice de evasão escolar.

Dos 22 pesquisados, apenas 03 adolescentes, com idade de 14 anos, interromperam os estudos, sendo que 02 reprovaram 04 vezes e estão freqüentando a 4ª série do Ensino Fundamental e 01 reprovou 02 vezes, estando na 6ª série. Destaca-se que esta última, pesquisada **A.B.A.**, reprovou as 02 vezes na 1ª série por não ter completado o ano letivo, devido às mudanças de residência realizada por sua família¹⁰.

Contudo, nos três casos, o trabalho infanto-juvenil é presente na trajetória de vida, perpetuado pelo baixo nível da renda familiar e pelo baixo índice da escolaridade dos responsáveis que constituem fatores determinantes para o ingresso no mercado de trabalho dessas crianças e adolescentes.

Neste contexto, a dificuldade encontrada em conciliar a escola e o trabalho realizado é ocasionada pela defasagem entre série cursada e a idade compatível com esta

¹⁰ Dados retirados do item 06 do formulário, cujo gráfico estatístico não é apresentado, constando o tempo de interrupção dos estudos dos sujeitos pesquisados que são: 4,54% 01 ano, 9,10% dois anos e 86,36% não interromperam nenhuma vez.

conduzindo a evasão escolar, principalmente de adolescentes antes da conclusão da escolaridade de nível fundamental.

Porém, pode-se perceber um aumento significativo da escolaridade cursada de crianças e adolescentes em relação à de seus responsáveis. E entre os três adolescentes que interromperam os estudos, 02 possuem escolaridade maior que seus responsáveis. Entre as crianças e adolescentes com índice de reprovação, 12 possuem escolaridade maior que pelo menos um de seus responsáveis e apenas 07 são menores que a de seus responsáveis. No entanto, estes índices tendem a aumentar devido à faixa etária dessas crianças e adolescentes, que atualmente freqüentam regularmente a escola, mesmo os que se evadiram nos anos anteriores.



Ilustração 09: Gráfico indicativo do incentivo da família ao estudo.

Na ilustração do gráfico acima, percebe-se uma significativa valorização da educação por parte dos responsáveis/familiares. Mesmo que os fatores econômicos e a escolaridade dos responsáveis constituem-se como os principais determinantes do trabalho infanto-juvenil, a decisão de freqüentar a escola e de dar continuidade aos estudos está

condicionada tanto à determinação dos responsáveis em enviá-los à escola, quanto à da criança e do adolescente em frequentá-la.

O processo de escolarização das crianças e adolescentes pode estar determinado de acordo com a necessidade de auxiliar na renda familiar, contribuindo através de atividades laborais para o aumento desta renda em contraposição ao período escolar e pela necessidade da garantia de um futuro melhor, que lhes permita melhorar sua qualidade e perspectiva de vida.

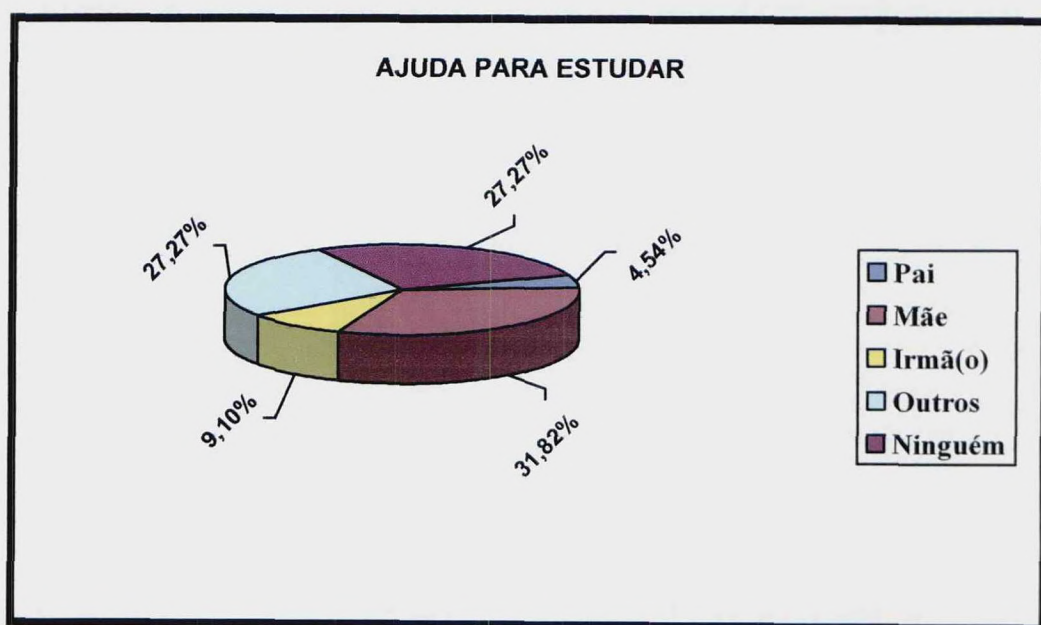


Ilustração 10: Gráfico indicativo se alguém ajuda a estudar.

De acordo com as fichas cadastrais das famílias inseridas no PETI, a maior parte destas são recompostas e uma parcela significativa são chefiadas por mulheres, sendo esta responsável por todos os seus membros, inclusive sobre a questão escolar, como demonstra o gráfico. O pesquisado **K.P.U.** relatou que sua mãe (4ª série) é quem o ajuda a estudar e que

inclusive está cursando supletivo. Nota-se que apenas 4,54% dos pesquisados responderam que o pai auxilia nos estudos.

Um dado de grande importância para o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil está relacionado às normas e diretrizes nacionais do Programa que propõem realizar atividades que proporcione a ampliação do universo de conhecimentos por meio das Jornadas Ampliadas (projetos parceiros), que acontecem no período complementar ao da escola. Dentre os sujeitos pesquisados, 04 responderam a opção “outros”, informando ser o projeto o principal auxiliador nas tarefas e provas escolares.

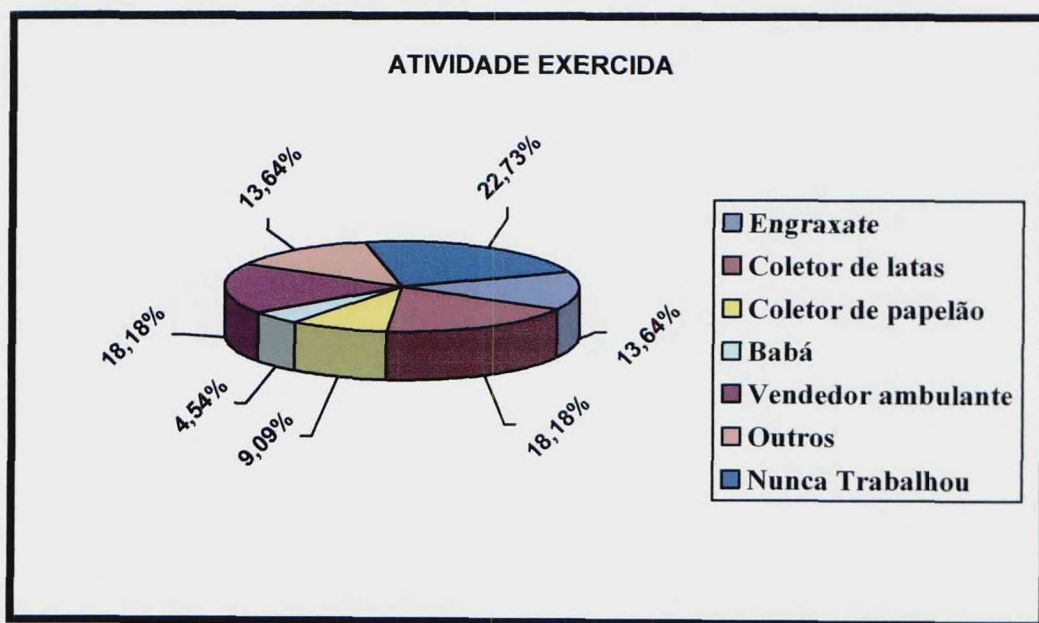


Ilustração 11: Gráfico indicativo da atividade exercida.

Todas as atividades laborais descritas no gráfico são tipicamente próprias das cidades urbanas. Além do fator econômico, o aspecto cultural também constitui um importante facilitador para a exploração do trabalho infanto-juvenil, por estar incutido nos valores e tradições da sociedade.

Decorrente de uma cultura que reproduz o trabalho infanto-juvenil por meio de mitos e dilemas tais como “trabalhar dignifica o homem”, “é melhor trabalhar do que roubar”, “criança que trabalha ajuda a família”, acaba por corroborar com o estado de pobreza vivenciado por sua família. Além de freqüentar a escola, a criança e o adolescente têm por direitos fundamentais o acesso à cultura, ao lazer, ao esporte, à alimentação e que devem ser oportunizados pelas políticas públicas, como também cabe ao Estado garantir o acesso das políticas sociais às famílias que não possuem condições próprias de subsistências.

Dentre as atividades exercidas por crianças e adolescentes descritas no gráfico, na opção “outros”, destaca-se o trabalho doméstico evidenciado pelo relato da pesquisada **A.G.M.**, que, além de ter coletado latas e papelão e contribuído para o processo de reciclagem desses materiais, ainda “ajudava” nos afazeres domésticos. No entanto, apesar de haver sido inserida no PETI e atualmente freqüentar a escola e no período oposto participar da jornada ampliada, à noite é função sua desenvolver as atividades domésticas, por sua mãe não poder fazê-lo por trabalhar fora.

A realização do trabalho doméstico no Brasil ainda é muito mascarado, por ser entendido como trabalho educativo, essencial e necessário para o desenvolvimento da criança e do adolescente, proporcionando espaços de vivência e de socialização, sendo estes realizados, em sua maioria, em detrimento da freqüência escolar ou de outras atividades como lazer, sociais e culturais.

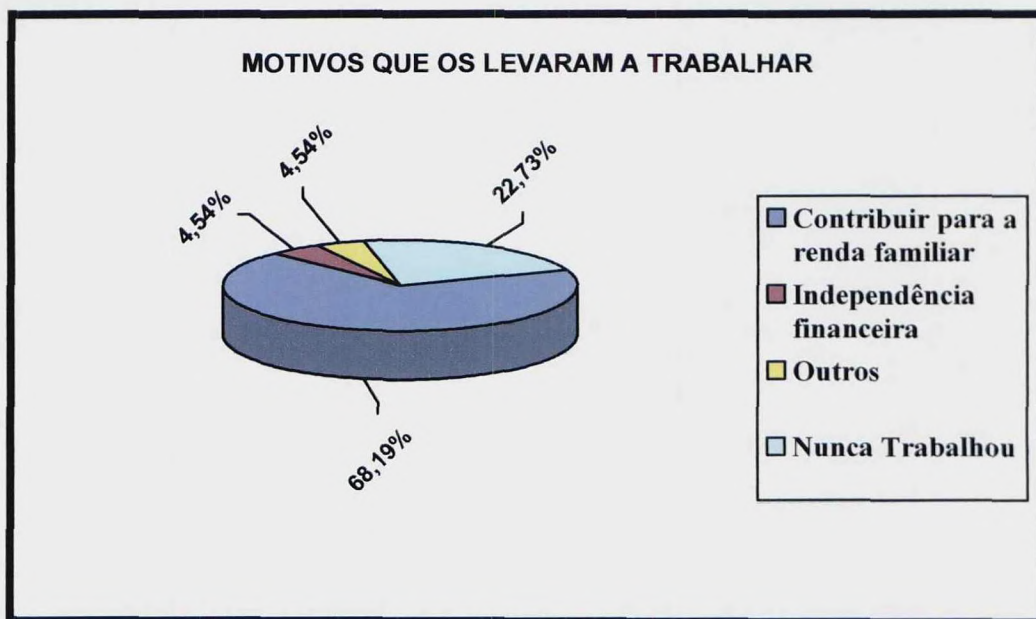


Ilustração 12: Gráfico indicativo dos motivos para trabalhar.

Atualmente, a pobreza atinge uma parcela significativa da população e aliada a um conjunto de fatores, aparece como uma das principais causas do trabalho infanto-juvenil. O modelo econômico capitalista vigente, as questões sociais, os aspectos familiares, culturais e educacionais obrigam as famílias a inserirem no mercado de trabalho as crianças e adolescentes para auxiliar no rendimento familiar. Esse dado fica visível no gráfico, ao apontar que quase 70% dos pesquisados realizaram atividades laborais para contribuir na renda familiar.

Assim, crianças e adolescentes ingressam no mercado de trabalho quase paralelamente à escola e, devido a esta dupla jornada, a escola acaba sempre sendo secundarizada.

Um outro dado importante para o PETI está relacionado aos 22,73% dos pesquisados que responderam nunca terem trabalhado. Este fato deve-se à decisão da Comissão Estadual do PETI – CEPETI, cuja família com criança/adolescente trabalhador encaminhada para o Programa, seriam inseridos todos os demais irmãos entre a faixa etária de

07 a 16 anos, como uma medida de prevenção ao trabalho infanto-juvenil. Dos 22,73%, todos possuem irmãos (ã) (s) que realizaram atividades laborais e estiveram, ou ainda estão, inseridos no Programa.

Destaca-se que apenas o pesquisado **A.H.I.** respondeu trabalhar como engraxate para possuir independência financeira. Salienta-se que este pesquisado está com 14 anos, está na 4ª série do ensino fundamental e, além do atraso escolar, interrompeu os estudos por dois anos. Desta forma, entende-se que o ingresso do adolescente no mercado trabalho, em alguns casos, pode ser caracterizado pela liberdade de escolha e pela necessidade de consumo pessoal. No entanto, pode-se perceber que a evasão escolar na adolescência tende a aumentar sensivelmente devido a esta atratividade e pela oportunidade do trabalho, principalmente, pela oferta de trabalho informal.

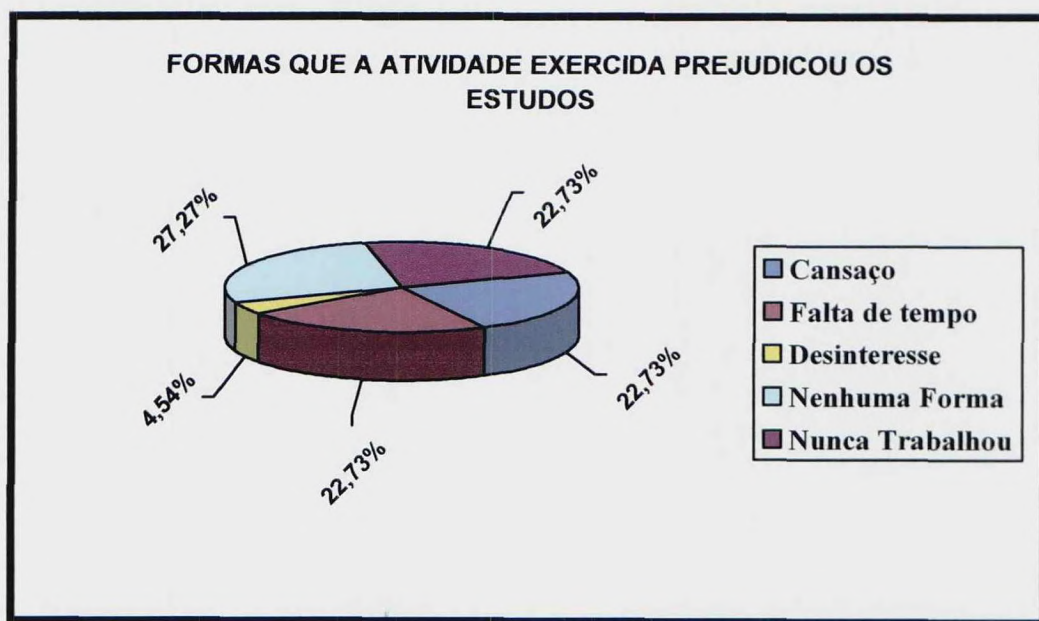


Ilustração 13: Gráfico indicativo das formas que a atividade exercida prejudicou os estudos.

O trabalho infanto-juvenil influencia significativamente no desenvolvimento educacional da criança e adolescente, pois, ao serem inseridas precocemente ao mercado de

trabalho, estão mais expostas a problemas físicos, psicológicos e sociais, interferindo, desta forma, nos estudos.

Pelos organismos ainda estarem em processo de desenvolvimento, a criança e o adolescente são muito vulneráveis às atividades laborais, por apresentarem capacidade e resistência limitada em comparação a de uma pessoa adulta. Em decorrência das condições de trabalho inadequadas nas quais as crianças e os adolescentes são submetidos estão mais sujeitos a sofrerem fadigas, cansaço, bem como doenças decorrentes a grandes exposições climáticas ou por atividades repetitivas.

De acordo com o gráfico, o cansaço e a falta de tempo para estudarem, ocasionados pelo excesso de trabalho, constituem-se em fatores determinantes no aprendizado escolar interferindo no processo de formação de conhecimento desenvolvido na trajetória de vida escolar.

Em muitos casos, a criança e o adolescente não estão preparados para avaliarem os riscos conseqüentes das atividades laborais realizadas. A família os sujeita a isso, por não encontrar outra forma de sobreviver, como demonstra o dado constatado pelo gráfico, em que 27,27% dos pesquisados responderam que as atividades desenvolvidas nunca prejudicaram seus estudos¹¹. Este dado pode estar relacionado à “força” e “invencibilidade” que durante a infância e a adolescência podem não ser de fácil percepção, mas o será de forma considerável e, em muitos casos, de forma gravíssima na fase adulta.

¹¹ Dados retirados do item 11 do formulário, cujo gráfico estatístico não é apresentado, constando se o trabalho exercido anteriormente prejudicou os estudos, obtendo as seguintes respostas: 27,27% sim, 27,27% não, 22,73% às vezes e 22,73% nunca trabalharam.

Salienta-se que apenas o pesquisado **A.H.I.** respondeu ter desinteresse pelos estudos, visto que para este o trabalho lhe proporciona independência financeira e não visando à subsistência familiar.



Ilustração 14: Gráfico indicativo da conciliação entre escola e trabalho.

No gráfico, percebe-se um número significativo (36,42%) entre as crianças e adolescentes pesquisados que afirmam conseguirem conciliar escola com o trabalho. Porém este número apresenta distorções em relação ao elevado número de repetências, ao atraso escolar, em relação à faixa etária apresentada e ao número de evasão escolar. Muito embora seja um conjunto de fatores como o sócio-econômico, a escolaridade dos pais, a própria instituição escolar que culminam na exploração do trabalho do infante-juvenil, estes mesmos fatores aliados, principalmente ao trabalho precoce, interferem diretamente na escolaridade das crianças e adolescentes inseridos neste contexto.



Ilustração 15: Gráfico indicativo da importância dos estudos.

De acordo com o Manual de Orientação do PETI (2002, p. 19), “a educação para a cidadania deve ser o eixo central de todo o trabalho desenvolvido”. Desta forma, a educação pode ser considerada como um dos principais mecanismos para a erradicação do trabalho infanto-juvenil.

A educação constitui em um espaço para a valorização do ser humano, para ampliação de conhecimento e de aprendizagem e para o desenvolvimento do trabalho em grupo, de socialização, do exercício da cidadania, do respeito mútuo, das responsabilidades advindas dos direitos e deveres a serem cumpridos.

Neste contexto, os dados apresentados no gráfico demonstram uma significativa importância à educação, 86,36%, que, segundo relatos de boa parte dos pesquisados, apenas através de grande dedicação e estudo se pode ter uma formação adequada e profissionalizante que oportunize uma ascensão social.



Ilustração 16: Gráfico indicativo da contribuição do PETI para não mais trabalhar

Segundo o Manual de Orientações do PETI (2002), o Programa tem por objetivo retirar crianças e adolescentes entre 07 a 16 anos de idade que estejam em situação de trabalho considerado perigoso, penoso, insalubre ou degradante, isto é, em trabalho que coloque em risco a saúde e a segurança desses.

Apesar de 68,19% dos pesquisados responderem que o Programa contribuiu para não realizarem atividades laborais exploratórias, uma parcela significativa respondeu ser “parcialmente” esta contribuição. Este fato deve-se ao fator econômico familiar, por sentirem-se responsáveis e solidários quanto ao auxílio no aumento da renda da família e, principalmente, a realização de atividades domésticas, visto que para muitos responsáveis é entendido não como um trabalho, mas com algo educativo para ensinar a criança e o adolescente a ter obrigações e respeito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do presente Trabalho de Conclusão de Curso, buscou-se analisar a influência do trabalho infanto-juvenil na escolaridade de crianças e adolescentes entre a faixa etária de 10 a 14 anos, inseridos no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI de Florianópolis.

Para tanto, realizou-se um breve histórico sobre a educação e as tendências pedagógicas no Brasil, como também contextualizou-se o trabalho infanto-juvenil e suas principais consequências, a legislação que permeiam essa temática e o programas sociais, em especial o PETI, que visam à proteção da criança e do adolescente sempre que os direitos forem violados ou ameaçados, seja por omissão, falta ou abuso por parte do Estado, da família ou da sociedade.

A luta em prol da erradicação do trabalho infanto-juvenil, principalmente por órgãos internacionais, não é recente, porém, no Brasil, iniciou-se apenas em 1996 com a primeira experiência piloto nas carvoeiras do Estado do Mato Grosso do Sul, no qual se configuravam situações de extrema exploração de mão-de-obra infanto-juvenil e, posteriormente em 1998, quando a legislação brasileira proibiu o trabalho de crianças e adolescentes com até 16 anos de idade.

O ingresso precoce de crianças e adolescentes no mercado de trabalho está diretamente ligado a questões econômicas, familiares, sociais, culturais e educacionais, podendo ser compreendida como um reflexo e resultado da ineficiência das políticas públicas,

econômicas e sociais permeadas pelas gêneses das desigualdades sociais, transformando o trabalho infanto-juvenil em causa e consequência deste processo que resulta no aliciamento deste ao mercado.

A realização da pesquisa propiciou identificar a influência do trabalho infanto-juvenil sobre o processo de formação de conhecimento desenvolvido nas diversas fases da vida escolar de acordo com o modelo estabelecido pelo sistema educacional ou de ensino.

A escolaridade das crianças e adolescentes é prejudicada em decorrência ao trabalho precoce realizado, ocasionando a entrada tardia à escola, visto que, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), a entrada na 1ª série do Ensino Fundamental seria a partir de 06 anos completos, fase em que a criança desenvolve melhor sua capacidade de aprendizado, domínio da leitura, da escrita e do cálculo. Um percentual significativo de crianças e adolescentes trabalhadores ingressam na escola com idade superior a esta.

Neste contexto, os elevados índice de repetência e de evasão escolar também estão relacionados ao trabalho precoce e ao rendimento familiar. Além disso, o modelo econômico capitalista vigente, as questões sociais, os aspectos familiares, culturais e educacionais obrigam as famílias a inserirem seus membros menores no mercado de trabalho para auxiliar na renda familiar, para isso, o fa-lo-á em detrimento a escola.

A escolaridade dos pais também exerce grande influência sobre o índice de repetência e de evasão escolar, que em alguns casos se sobrepõem ao fator do baixo rendimento familiar. Assim, percebe-se a dificuldade encontrada em conciliar a escola e o

trabalho realizado, ocasionando a defasagem entre série cursada e a idade compatível a esta, conduzindo a evasão escolar.

Apesar do auto índice de repetência, a pesquisa permitiu visualizar um aumento significativo da escolaridade cursada das crianças e adolescentes, em relação à de seus responsáveis/familiares. Este número é visível ao comparar as séries cursadas pelos pesquisados com as séries cursadas pelos responsáveis/familiares, o que indicou um percentual de 63,64%. Esse índice tende a aumentar devido à faixa etária dessas crianças e adolescentes, que atualmente freqüentam regularmente a escola, mesmo os que se evadiram nos anos anteriores.

Nesse sentido, percebeu-se uma importante valorização da educação, principalmente por parte dos responsáveis/familiares no incentivo aos estudos, que mesmo condicionados aos fatores econômicos e à baixa escolaridade desses, identificou-se o apoio e o estímulo na decisão de freqüentar a escola e de dar continuidade aos estudos, tanto quanto ao desejo da criança e do adolescente em freqüentá-la.

No entanto, a instituição escolar, através da falta de preparação dos professores em lidar com a criança e adolescente trabalhador, contribui para o trabalho infanto-juvenil ao não resolver as questões de multi-repetência. Sem uma escola pública de qualidade, que represente uma condição de realização pessoal, de inclusão social e que reconheça a criança e o adolescente enquanto sujeitos de direitos, esses trabalhadores infanto-juvenis estarão condenados à exclusão e à desagregação pessoal e social, impossibilitados de ingressar, permanecer e progredir no mercado de trabalho formal e qualificativo.

Nessa perspectiva, a educação pode ser considerada como um dos principais mecanismos para a erradicação do trabalho infanto-juvenil, por constituir-se como um espaço

para a valorização do ser humano, para ampliação de conhecimento, de aprendizagem, de socialização, do exercício da cidadania, do respeito mútuo e dos direitos e deveres a serem cumpridos. Através de uma escola pública de qualidade, a criança e o adolescente poderão ter acesso a uma formação adequada e profissionalizante que oportunize uma ascensão social.

As atividades laborais realizadas pelas crianças e pelos adolescentes do município de Florianópolis são tipicamente urbanas (engraxate, catador de latas e de papelão, entre outros). Como principais consequências dessas atividades, pôde-se observar o cansaço e a falta de tempo para estudar, ocasionado pelo excesso de trabalho, o que interfere no aprendizado escolar, prejudicando o processo de formação de conhecimento e de socialização, pois, na maioria das vezes, a criança e o adolescente ingressam no mercado de trabalho quase paralelamente à escola, vivenciando uma dupla jornada e a escola acaba sempre ficando em segundo lugar.

Em relação ao Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI, a pesquisa propiciou avaliar a eficácia do Programa como principal auxiliador nas tarefas e provas escolares, como versa as normas e diretrizes nacionais do Programa, que propõem a realização de atividades que proporcione à criança e ao adolescente a ampliação do universo de conhecimento por meio das Jornadas Ampliadas.

Um outro dado importante para o Programa consiste no processo de prevenção ao trabalho infanto-juvenil, cuja família com criança/adolescente trabalhador encaminhada para inclusão no PETI tem inseridos todos os demais membros entre a faixa etária de 07 a 16 anos como medida protetiva e de prevenção ao trabalho precoce.

Apesar de o PETI ter por objetivo retirar crianças e adolescentes entre 07 a 16 anos de idade que estejam em situação de trabalho considerado perigoso, penoso, insalubre ou degradante, percebeu-se um expressivo número crianças e adolescentes que evidenciaram a

parcialidade do Programa no cumprimento de seus objetivos. Este fato pode ser explicado devido ao fator econômico da família, que a despeito de a bolsa, por se tratar de uma Capital, ser de R\$ 40,00 (quarenta reais), este valor torna-se irrisório mediante à situação de pobreza e de desemprego ocasionado pelo sistema capitalista vigente, pela ausência do Estado e pela ineficiência das políticas públicas em relação a programas de geração de renda às famílias e à criação de projetos profissionalizantes e de qualidade para os adolescentes.

REFERÊNCIAS

ABRAHAM, K. A. **Estado de Santa Catarina: Programa de Erradicação do Trabalho Infantil** (Doc.). Florianópolis, 2002.

AFONSO, Lucia. **Oficinas em dinâmica de grupo: um método de intervenção psicossocial**. Belo Horizonte. Ed. Do Campo Social, 2000.

AGUIAR, A. de. **Programa de Erradicação do Trabalho Infantil / PETI de Florianópolis – Percepção dos Adolescentes Egressos**. Dissertação – Curso de Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

ANTUNES, Ricardo. Reestruturação produtiva e mudanças no mundo do trabalho numa ordem neoliberal. In: DOURADO, Luiz Fernando e PARO, Vitor Henrique (ORG); **Políticas Públicas & Educação Básica**. São Paulo, Xamã, 2001.

ARANHA, M. L. de A. **História da Educação no Brasil**. 2. edição. São Paulo: Moderna, 1998.

_____, M. L. de A.. **História da educação**. 2. ed. rev. atual. São Paulo: Ed. Moderna, 1996.

ARRUDA, K. M.s. O trabalho de crianças no Brasil e o direito fundamental à infância. In: GUERRA FILHO, Willis Santiago (Coord.). **Dos direitos humanos aos direitos fundamentais**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1997.

BRANDÃO, C. R. **O que é educação**. 33.ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Diário Oficial da União nº 191 – A, de 5 de outubro de 1988. 21 ed., atualizada até a Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998. São Paulo: Saraiva, 1999.

_____. Decreto-Lei nº 5.452, de 01 de maio de 1943. **Consolidação das Leis do Trabalho**. 26ª ed. São Paulo: Saraiva, 2000.

_____. Lei 8.069 de 13 de julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília: MTb/SEFIT, 1998.

_____. Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Coletânea de Leis – Belo Horizonte: CRESS, 2004.

_____. Lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002. **Código Civil**, São Paulo: Saraiva, 2002.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria de Inspeção no Trabalho. Departamento de Segurança e Saúde do Trabalhador. **Nota Técnica à Portaria TEM/DSST Nº 06 DE 18/02/2000**. Brasília: MTE, 2000.

CARDOSO, M. M. O cenário do trabalho de crianças e adolescentes no Brasil: uma realidade histórica. ANAIS DO SEMINÁRIO DA REGIÃO SUL. **Proteção integral para crianças e adolescentes: fiscalização do trabalho, saúde e aprendizagem**. Florianópolis: DRT/SC, 2001.

CERVINI, R., BURGER, F. O menino trabalhador no Brasil urbano dos anos 80. In: FAUSTO, A., CERVINI, R. (Org.). **O trabalho e a rua: crianças e adolescentes no Brasil urbano dos anos 80**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1996.

GIL, A.C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GHIRALDELLI, Jr. P. **História da Educação**. São Paulo: Cortez, 1994.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo. Cortez, 1991.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social na Contemporaneidade: Trabalho e formação profissional**. 3°. Ed. São Paulo: Cortes, 2000.

IBGE, Síntese dos Indicadores Sociais 2003. Documento em formato pdf. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/pdf/13042004>> pdf. Acessado em 02 de maio de 2005.

LIMA, C. G. C. Trabalho precoce saúde e desenvolvimento mental. In: Ministério do Trabalho e Emprego. **Proteção integral para crianças e adolescentes, fiscalização do trabalho, saúde e aprendizagem**. Florianópolis: DRT/SC, 2000.

LIMA, L. VENÂNCIO., R. O abandono de Crianças negras no Rio de Janeiro. In: PRIORE, M. (Org.) **História da criança no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.

MINISTÉRIO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL. **Manual de orientações - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI**. Brasília DF, 1ª ed., 2002.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. Nota técnica conjunta do TEM e MDS sobre trabalho infantil doméstico no Brasil. Disponível em <<http://www.mte.gov.br/noticias/contéudo/5308.asp>>. Acessado em 02 de maio de 2005.

MIOTO, R.C.T. Cuidados sociais dirigidos á família e segmentos sociais vulneráveis. In: **Capacitação em Serviço Social e política social**. Módulo: 4. O trabalho do assistente social e as políticas sociais – Brasília: Unb, Centro de Educação Aberta, Continuada a Distância, 2000(p.217 – 224).

OLIVEIRA, J. F. de. **O trabalho da criança e do adolescente em condições de risco**. Curitiba: mimeo, 1996.

PEREIRA, A. S.; ROSA, A. P.; SERESOLI, J.. **Projeto de intervenção de estágio curricular obrigatório**. Curso de Serviço Social. Universidade Federal de Santa Catarina, 2004.

PERES, A. **A caminho da escola: 10 anos de luta pela erradicação do trabalho infantil**. Instituto Souza Cruz: Takano, 2002.

PINTO, A. V. **Sete lições sobre educação do adulto**. São Paulo. Cortez, 1989.

PINTO, F. M. **A universidade e o trabalho infantil**: a produção docente sobre o trabalho infantil na Universidade Federal de Santa Catarina e na universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 1997. Dissertação (Mestrado). Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade Técnica de Lisboa.

RIBEIRO FILHO, A. C. Impacto das condições de vida na saúde de crianças e adolescentes. In: Ministério do Trabalho e Emprego. **Proteção integral para crianças e adolescentes, fiscalização do trabalho, saúde e aprendizagem**. Florianópolis: DRT/SC, 2000.

RIZZINI, I.; RIZZINI, I. “Menores” institucionalizados e meninos de rua. In: FAUSTO, Ayrton, CERVINI, Ruben (Org.). **O trabalho e a rua: crianças e adolescentes no Brasil urbano dos anos 80**. 2 ed. São Paulo; Cortez, 1996.

ROMANELLI, O. de O. **História da Educação no Brasil**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1998.

SANTOS, B. R. dos. A regulamentação do trabalho educativo. In: Cadernos ABONG – **Subsídios à II Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente**. São Paulo, nº 18, 1997.

SAVIANI, D. **Escola e Democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política**. 30. ed. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 1995.

SCHMITZ, Egídio F. **O homem e sua Educação**. 1. edição. Porto Alegre/RS: Ed. Sagra, 1984.

ZELMANOVITS, C. ET AL. **Por uma ação educativa**. Capacitação de Equipes do PETI, Agente Jovem, Sentinela – Dialogo e Ação. Nº 1. São Paulo: CEMPEC, 2002.

APÊNDICE

NOME: _____
IDADE: _____
ESCOLA: _____
SÉRIE: _____

1 – Com quantos anos você entrou na 1ª série?

- a) () 6 anos
- b) () 7 anos
- c) () 8 anos
- e) () 9 anos
- d) () outros. Qual? _____

2 – Reprovou alguma vez?

- a) () sim
- b) () não

3 – Quantas vezes reprovou na mesma série?

- a) () 1 vezes
- b) () 2 vezes
- c) () 3 vezes
- d) () 4 vezes
- e) () 5 ou mais vezes
- f) () nenhuma vez

4 – Qual série (s) reprovou?

- a) () 1ª série
- b) () 2ª série
- c) () 3ª série
- d) () 4ª série
- e) () 5ª série
- f) () 6ª série
- g) () 7ª série
- h) () 8ª série
- i) () nenhuma

5 – Já interrompeu seus estudos alguma vez?

- a) () sim
- b) () não

6 – Por quanto tempo interrompeu?

- a) () 1 ano
- b) () 2 anos
- c) () 3 anos
- d) () 4 anos
- e) () 5 anos ou mais
- f) () nenhum

7 – Sua família o incentiva a estudar?

- a) () sim
- b) () não
- c) () às vezes

8 – Alguém o ajuda a estudar (tarefa/prova)?

- a) () pai
- b) () mãe
- c) () irmã(o)
- d) () outros. Quem? _____
- e) () ninguém

9 – Qual o trabalho que realizava antes de entrar no PETI?

- a) () engraxate
- b) () catava latas
- c) () catava papelão
- d) () babá
- e) () vendedor ambulante
- f) () outros. Qual: _____
- g) () nunca trabalhou

10 – Quais os motivos que o levaram a trabalhar?

- a) () incentivo dos pais
- b) () contribuir para a renda familiar
- c) () independência financeira
- d) () outros. Qual? _____
- e) () nunca trabalhou

11 – O trabalho que exercia anteriormente prejudicou os estudos?

- a) () sim
- b) () não
- c) () às vezes

12 – De que forma prejudicou?

- a) () cansaço
- b) () falta de tempo para estudar
- c) () desinteresse pelos estudos
- d) () outros. Qual? _____
- e) () nenhuma forma
- f) () nunca trabalhou

13 – Você já conseguiu conciliar a escola com o trabalho?

- a) () sim
- b) () não
- c) () às vezes

14 – Qual a importância dos estudos para você?

- a) () muita
- b) () média
- c) () pouca
- d) () nenhuma

15 – O PETI contribuiu para você não trabalhar mais?

- a) () sim
- b) () não
- c) () parcialmente
- d) () por algum tempo